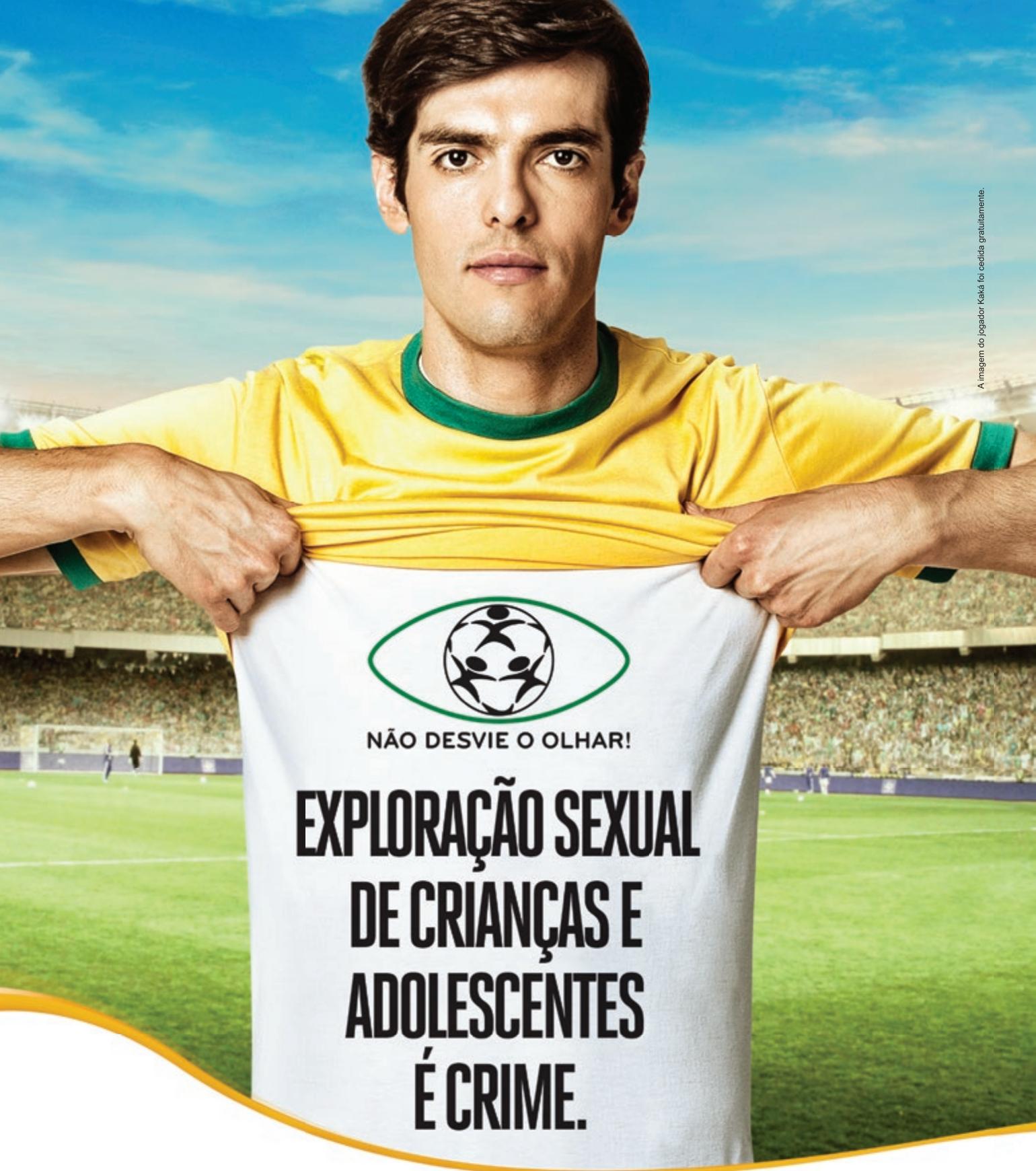


PARÁ Industrial

JULHO 2014 • ANO 6 • EDIÇÃO 28

O VALOR DO CACAU PARAENSE

O PARÁ SE DESTACA NO MERCADO NACIONAL DE PRODUÇÃO DO FRUTO QUE DÁ ORIGEM AO CHOCOLATE. E HÁ ESPAÇO PARA CRESCER POR MEIO DO INCENTIVO E APOIO AOS MUNICÍPIOS PRODUTORES.



NÃO DESVIE O OLHAR!

**EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
É CRIME.**

DENUNCIE. DISQUE 100.

www.naodesvieoolhar.org.br

 [naodesvieoolhar](https://www.facebook.com/naodesvieoolhar)

APOIO:



Secretaria de
Direitos Humanos



REALIZAÇÃO NACIONAL:





26 FRUTO QUE VALE OURO

A produção paraense de cacau mostra o valor que tem para a economia nacional

14 Estados da Amazônia terão plataforma virtual para dinamizar as relações econômicas na região

18 Guia apoia prefeituras para a redução da burocracia na abertura e legalização de novos empreendimentos

22 Programa de Certificação da Fiepa trabalha para atualizar a capacitação realizada com empresários paraenses

32 Pará ganha visibilidade internacional e começa a atrair novos investimentos para os municípios do interior

36

Unidades de certificação de produtos tornam empresas paraenses mais competitivas

40

Trabalhador saudável aumenta produtividade dentro do ambiente de trabalho

44

Edital oferece R\$ 27,5 milhões em recursos para apoiar a inovação das empresas

SEÇÕES

↳ **Editorial**
Pág. 5

↳ **Radar da Indústria**
Pág. 6

↳ **Vida Corporativa**
Pág. 48

ARTIGOS

↳ **Gonzalo Enriquez**
Pág. 21

↳ **Deryck Martins**
Pág. 47

↳ Arquivo / Votorantim



O ESTADO DO PARÁ POSSUI GRANDES RESERVAS MINERAIS E BOA LOCALIZAÇÃO, BEM COMO HISTÓRICO DE MINERAÇÃO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA."

ENTREVISTA com Carlos Gatti, gerente do Projeto Alumina Rondon. **Pág. 10**

DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ/FIEPA QUADRIÊNIO 2010/2014

PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente
 Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente
 Manoel Pereira dos Santos Júnior
 Nilson Monteiro de Azevedo
 Roberto Kataoka Oyama
 Hélio de Moura Melo Filho
 José Maria da Costa Mendonça
 Luiz Otávio Rei Monteiro
 Juarez de Paula Simões
 Marcos Marcelino de Oliveira

SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário
 Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro
 Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima
 Antonio Pereira da Silva
 Pedro Flávio Costa Azevedo
 Rita de Cássia Arêas dos Santos
 Cezar Paulo Remor
 Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo
 Solange Maria Alves Mota Santos
 André Luiz Ferreira Fontes
 Raimundo Gonçalves Barbosa
 Frederico Vendramini Nunes Oliveira
 Darcí Dalberto Uliana
 Fernando Bruno Barbosa
 Neudo Tavares
 Armando José Romanguera Burlé
 Paulo Afonso Costa
 Nelson Kataoka

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro
 Luizinho Bartolomeu de Macedo
 Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos
 João Batista Correa Filho
 Mário César Lombardi

DELEGADOS

Efetivo junto à CNI:

José Conrado Azevedo Santos

Suplentes junto à CNI:

Sydney Jorge Rosa
 Gualter Parente Leitão
 Manoel Pereira dos Santos Júnior

SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI

José Olímpio Bastos

DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Gerson dos Santos Peres

DIRETOR REGIONAL DO IEL

Gualter Parente Leitão

CHEFE DE GABINETE DA FIEPA

Fabio Contente Biolcati Rodrigues



JULHO DE 2014

ANO 6 • EDIÇÃO 28


temple
 COMUNICAÇÃO

PRODUÇÃO

Travessa Benjamin Constant, nº 1416
 Bairro Nazaré | Cep: 66035-060
www.temple.com.br
temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Yuri Age
 Edição: Rosana Maciel
 Textos: Adriana Ferreira, Fernando Alencar, Fernando Gomes,
 Lorenna Montenegro, Paloma Miranda, Valéria Barros,
 Yorranna Oliveira e Yuri Age
 Projeto gráfico: Calazans Souza
 Tratamento de imagem e diagramação: Antônio Machado e
 Márcio Alvarenga
 Foto de capa: Bruno Carachesti
 Revisão de texto: Carol Magno
 Revisão de conteúdo: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação
temple@temple.com.br
 (91) 3205-6504
 Impressão: Marques Editora
 Tiragem: 15.000 exemplares

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.



FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL

www.fiepa.org.br

Assessoria de Comunicação da Fiepa
 Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)
 (91) 4009-4900 / 4009-4815
 Comentários e sugestões de pauta: ascom@fiepa.org.br

twitter

Siga o nosso perfil
[@sistemaFIEPA](https://twitter.com/sistemaFIEPA)

facebook

Curta
[/sistemaFiepa](https://www.facebook.com/sistemaFiepa)



O EMBATE TRIBUTÁRIO E O ELEVADO GRAU DE LITIGIOSIDADE NO BRASIL

JOSÉ CONRADO SANTOS

PRESIDENTE DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA)

“Dinheiro cria dinheiro. Um cento é menos que um milheiro; e como cem é bom, mil, que é dez vezes cem, é dez vezes melhor. Calcula um só vintém dez vezes a dobrar; (um só vintém; atenta) pode-te dar... dez mil duzentos e quarenta!”

HARPAGÃO DE SOUZA, PERSONAGEM DA PEÇA O AVARENTO, CRIADO POR MOLIÈRE NO SÉCULO XVII

Há quem diga que um pássaro na mão é melhor que dois voando e, inspirado no pensamento do protagonista do dramaturgo francês, proponho uma discussão a respeito das disputas entre as empresas e indivíduos, e o Fisco envolvendo questões tributárias.

Estudo recente da economista Lorreine Messias (O elevado grau de litigiosidade tributária no Brasil: diagnóstico e medidas de encaminhamento) revela que o contencioso federal na esfera administrativa bateu os R\$ 528 bilhões em 2013, algo equivalente a 11% do PIB brasileiro. Somos um dos países que tem o mais elevado grau de litigiosidade tributária do mundo, gerando graves consequências para o desenvolvimento do país e contribuindo fortemente para o clima de insegurança jurídica que assombra os investidores neste país. Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam o Brasil como o terceiro maior valor de contencioso tributário.

Se formos considerar o contencioso municipal e estadual, certamente os valores serão mais elevados. Somente o contencioso referente ao IPTU, em 2013, ultrapassa a casa dos milhões, gerando um risco considerável aos empreendimentos privados. Além desse clima desfavorável ao desenvolvimento, essa dívida ativa da Prefeitura de Belém permitiria à gestão municipal investir o recurso em obras e ações de promoção

ao investimento. O mesmo acontece em nível estadual. Dados recentes do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários evidenciam um contencioso bastante elevado. Somente no mês de maio, o TARF julgou 99 recursos de crédito tributário. Totalizando um valor de R\$ 14.910 milhões, 95% destes recursos acabaram sendo favoráveis para a fazenda pública.

Penso que, para estimular o recolhimento desse contencioso, o ideal seria desenvolver formas de incentivo para que as empresas regularizem a situação junto às instituições tributárias federais, estaduais e municipais. Dar desconto pode ser uma solução. Vejam, por exemplo, a elevação do recolhimento do IPTU pela prefeitura que, para estimular o pagamento do imposto, implantou uma série de facilidades para pessoas físicas. O mesmo pode e deve ser feito para as empresas.

Os empresários não têm interesse em ter o nome sujo na praça. Sem crédito, eles ficam impedidos de conseguir empréstimos junto às instituições bancárias, o que impacta negativamente na produtividade. Não honrar com as obrigações acessórias nunca foi uma escolha. O excessivo detalhamento de questões tributárias dá margem para uma série de questionamentos sobre a legislação tributária brasileira. Bernard Appy, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, aponta a complexidade do sistema tributário brasileiro como uma das causas para o alto grau de litígio em questões tributárias. Outro motivo apontado pelo especialista seria a inexistência de prazos para o julgamento na esfera administrativa, além disso, a possibilidade de um grande número de recursos (nas esferas administrativa e judicial) não apenas aumenta o custo para as empresas e as instituições tributárias, como também prolongam o prazo de indefinição nos casos em que há divergências de interpretação, gerando assim um clima de insegurança jurídica no segmento produtivo como um todo.

A questão aqui posta não é o perdão da dívida. Tendo ciência que esses recursos precisam entrar nos cofres públicos para retornarem à sociedade por meio de ações de melhoria da qualidade de vida. O que proponho às instituições tributárias seria a implantação de políticas de incentivo, que facilitassem o pagamento desse passivo. Dessa forma, teríamos de um lado empresários com o nome limpo para voltar a tomar empréstimo, elevando a produtividade da economia brasileira, e, por outro, o tesouro público resgataria esse ativo, elevando o recolhimento de impostos e aumentando o recurso público para investir em ações para a sociedade. ❏

RADAR DA INDÚSTRIA

Ascom Fiepa



RECORDE DE INSCRITOS NA CORRIDA DO SESI

Com público inédito de 4 mil inscritos, a Corrida do Sesi 2014 registrou o maior número de participantes de todas as 24 edições da prova. A grande novidade foi a transferência do local de largada e chegada para o Portal da Amazônia, na orla de Belém. Todo o valor arrecadado com a corrida, que somou R\$ 31.030, foi doado para a AVAO (Associação Voluntária de Apoio à Oncologia).

VOTO CIDADÃO NA FEIRA DO LIVRO

Estabelecido pelo Sistema Fiepa, por meio do Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social e do Sesi, o projeto Voto Cidadão teve destaque durante a programação da XVIII Feira Pan-Amazônica do Livro, realizada no Hangar. Visitantes entenderam como os impostos são aplicados em benefício da população e foram estimulados a refletir sobre a importância de se integrar ao processo eleitoral. O superintendente regional do Sesi, José Olímpio Bastos, participou ainda de sessão de autógrafos, na qual assinou os livros que deram origem ao projeto.



Ascom Fiepa

CURSO SOBRE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS

O Conselho de Responsabilidade Social da Fiepa (Cores), a partir do Banco Social de Doação de Órgãos e Transplantes, promoveu dias 23 e 31 de maio, os cursos Educadores em Doação de Órgãos e Transplantes, e Processo de Doação e Transplante na UTI, realizados na Fiepa e Hospital Porto Dias, em Belém. Os cursos tiveram como alvo principal públicos distintos, beneficiando perto de 90 pessoas entre leigos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e médicos intensivistas; profissionais que de alguma forma convivem, na sua maioria, com a realidade da doação dentro ou fora dos hospitais da capital. A preocupação em formar cada vez mais um público multiplicador desse conhecimento atende necessidade apontada pela Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), que revela não ser a

falta de estrutura, mas a negativa familiar, o principal motivo para que um órgão não seja doado no Brasil. De todas as mortes encefálicas, casos em que os órgãos poderiam ser transferidos para pacientes que correm risco de morte, pouco mais da metade se transforma em doação. O número ainda é muito alto e cresceu de 41% em 2012, para 47% em 2013. Os cursos fazem parte de uma série de eventos programados pelo Banco Social para divulgar e promover novas ações a favor da doação de órgãos e transplantes no estado do Pará. “Para a classe médica, em especial, é de extrema importância que esse tipo de capacitação ocorra, uma vez que precisam lidar, diariamente, com famílias e potenciais doadores de órgãos, no seu ambiente de trabalho”, explicou Márcia Iasi, coordenadora do Banco de Doação de Órgãos e Transplantes.



HOMENAGEM A ANTÔNIO FARAH

O empresário Antônio Georges Farah, vice-presidente da Fiepa, vai receber no final do ano a Ordem do Mérito Industrial, considerada a maior honraria concedida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A indicação partiu da própria federação, que levou o nome do industrial, a fim de coroar sua trajetória de sucesso. A homenagem da CNI foi criada em 1958, com o objetivo de premiar nomes de grande destaque em contribuições para o desenvolvimento da indústria brasileira.



RADAR DA INDÚSTRIA

Ascom Fiepa



LANÇAMENTO DE LIVROS

A evolução da indústria paraense e o desenvolvimento da região amazônica foram temas dos dois livros lançados em maio, na Fiepa. O primeiro, de autoria do assessor econômico da federação, José do Egypto Soares Filho, surgiu a partir da tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Sob o título “A reestruturação produtiva e a evolução industrial no Pará”, a obra faz um apanhado histórico de 1980 a 2010, analisando o segmento produtivo paraense. Já o segundo livro, “Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia”, foi publicado pelo BNDES e apresenta as estratégias de fomento ao desenvolvimento local. O volume referente à Amazônia faz parte da coleção “Um Olhar para o Desenvolvimento”, série de livros que aborda uma ampla e profunda análise das regiões brasileiras.



Divulgação

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Projeto Catavento, da Alubar, recebeu em maio o prêmio de Reconhecimento por Responsabilidade Social da CEMIG. O projeto premiado leva literatura a alunos de escolas públicas ribeirinhas de Barcarena. No mesmo dia, a empresa fabricante de vergalhões de liga e cabos elétricos de alumínio recebeu o Prêmio Fornecedores CEMIG. Na foto, o gerente comercial da Alubar Metais e Cabos, Giuseppe Bellezza, recebe o prêmio, entregue pelo Superintendente de Sustentabilidade Empresarial da CEMIG, Luiz Augusto Barcellos Almeida.





Roberto Ribeiro

DOCUMENTÁRIO

A Hydro, por meio do programa “Alumínio Infinito”, que desde o ano passado desenvolve ações de sustentabilidade no Pará, lançou o documentário “Heróis do Clima”, do diretor paraense Fernando Segtowitz. O doc começou a ser filmado no Círio de Nazaré 2013 e mostra o cotidiano de pessoas que sobrevivem da coleta seletiva de materiais recicláveis na região metropolitana de Belém e no interior do estado, a exemplo do município de Vigia. O filme foi lançado no dia 7 de junho, em um *shopping* da capital paraense, mesma semana em que foram comemorados o Dia Nacional dos Coletores de Materiais Recicláveis e o Dia Mundial do Meio Ambiente, e chama a atenção para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que deve vigorar no Brasil já em agosto deste ano.



Roberto Ribeiro

CADEIA DO ALUMÍNIO GANHA FORÇA

O potencial mineral do Pará deve ganhar em breve mais um importante expoente: o projeto Alumina Rondon, a ser instalado no município de Rondon do Pará. O empreendimento da Votorantim Metais - empresa do Grupo Votorantim, um dos maiores conglomerados empresariais da América Latina - prevê um complexo industrial diferenciado que integra uma mina de bauxita e uma refinaria de alumina. Em maio, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente entregou a licença prévia da planta à empresa. Na entrevista a seguir, o gerente do projeto, Carlos Gatti, fala sobre o empreendimento e os desafios a serem superados para a implantação do complexo, entre eles, a crise do mercado mundial de alumínio.

O projeto Alumina Rondon tem sido apresentado como o principal investimento da Votorantim Metais no Brasil. De acordo com dados divulgados, a empresa planeja um investimento de 6,6 bilhões de reais. O que motivou a Votorantim a voltar suas operações para o estado do Pará? E qual a principal razão para a escolha do município de Rondon do Pará?

O estado do Pará possui grandes reservas minerais e boa localização, bem como histórico de mineração como atividade econômica. Isso favorece que toda a atividade relacionada à sua extração, beneficiamento, transformação, transporte e comercialização seja feita no próprio estado. A Votorantim Metais possui o direito minerário de reservas que estão localizadas no município de Rondon do Pará, daí a escolha desse município como sede do projeto. Hoje, os recursos minerais do Alumina Rondon compreendem os platôs (chapadões) Rondon Norte e Rondon Sul, os quais asseguram mais de 40 anos de vida útil ao projeto.

Após o início das operações, qual será a logística de escoamento da produção?

O escoamento da produção do Alumina Rondon será realizado via Porto de Barcarena. Para o transporte entre a refinaria e o porto, o modal ferroviário, com a construção da ferrovia Norte-Sul, mostrou-se mais viável, visto que contribuirá para a redução de custos operacionais, além de gerar menos impactos ao meio ambiente.

“O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DO ALUMINA RONDON SERÁ REALIZADO VIA PORTO DE BARCARENA. PARA O TRANSPORTE ENTRE A REFINARIA E O PORTO, O MODAL FERROVIÁRIO, COM A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL, MOSTROU-SE MAIS VIÁVEL, VISTO QUE CONTRIBUIRÁ PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS, ALÉM DE GERAR MENOS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE.”

O empreendimento tem previsão de gerar 1.600 empregos no território paraense na fase de operação. De onde virá a mão de obra qualificada para essa atividade?

A Votorantim Metais reconhece o grande desafio que é a capacitação de mão de obra, mas acredita que por meio de parcerias com o poder público e a sociedade é possível maximizar a contratação local. A qualificação da mão de obra local faz parte da atuação da empresa nos municípios onde está presente e, quanto mais profissionais capacitados tivermos na região, maiores são as chances de inserção de moradores no mercado de trabalho e contratação pelo projeto.

A expectativa da empresa é priorizar a contratação de mão de obra local. A empresa já está investindo na qualificação profissional desde novembro do ano passado e até o momento já foram capacitados 430 moradores dos municípios de Rondon do Pará, Dom Eliseu e Abel Figueiredo. Estão em curso outros cursos alcançando 520 pessoas. No total, até o final de 2014, aproximadamente 3 mil moradores da região serão contemplados. Caso essa mão de obra local não consiga suprir as necessidades do projeto, serão contratados profissionais de outras regiões.

A empresa conseguiu recentemente a licença prévia do empreendimento. Qual a previsão para o início das obras?

A licença prévia foi aprovada de forma unânime pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) em reunião realizada no mês de abril. Um mês depois, ela nos foi entregue pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). A licença prévia atestou a viabilidade ambiental do projeto e estabeleceu os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, mas não autoriza a erguer qualquer estrutura do empreendimento. Nos empenharemos, a partir de agora, para o processo de obtenção da licença de instalação, que autoriza o início das obras. ➔

Fotos: Arquivo Votorantim





Como os impactos ambientais serão mitigados?

A Votorantim Metais entende que a implantação de um projeto como o Alumina Rondon só é possível a partir da parceria entre a empresa e os órgãos públicos, bem como a legitimidade pela população. Temos a responsabilidade de planejar um empreendimento que esteja dentro da legislação e respeite o meio ambiente e as pessoas que serão impactadas pela operação do empreendimento.

Os principais impactos que podem ser ocasionados pela implantação e operação do empreendimento foram identificados no EIA/RIMA (Estudos de Impactos Ambientais). Junto com os impactos identificados foram elaborados os planos e programas para acompanhamento e mitigação que serão implantados à medida que o projeto avance. Para minimizar a área impactada pelo empreendimento, parte da área lavrada será reservada para os sistemas de disposição de resíduo da refinaria de alumina. Logo, 96% das áreas de extração mineral serão recuperadas imediatamente após a lavra (perto de um ano), o remanescente utilizado para disposição de resíduos será recuperado após o seu uso (cerca de cinco anos) e a área industrial ao fim da vida útil do empreendimento (mínimo de 40 anos). A água será captada de poços subterrâneos que serão perfurados nos platôs. Todo o processo prevê reutilização, o que minimiza consideravelmente o uso de recursos hídricos. Além disso, aplicaremos a mais avançada tecnologia disponível atualmente, que eliminará a necessidade de uma bacia de resíduos.

Especialistas afirmam que o mercado de alumínio está em crise. Como a Votorantim está se programando para driblar esse cenário?

Por ser uma *commodity*, o preço do alumínio é determinado numa bolsa mundial, em função da quantidade de metal produzido e consumido em todos os países. Atualmente, com a larga oferta de alumínio no mercado mundial, os índices do preço estão em queda no mercado internacional. Desta forma, a Votorantim Metais alinhou o seu nível de produção de alumínio primário com o atual volume demandado pelo mercado. A empresa também mantém a sua estratégia de focar sua operação no mercado interno. No primeiro trimestre deste ano, a Votorantim Metais elevou em 5% as vendas de alumínio para o mercado interno, contribuindo para os resultados do negócio.

Quais as principais dificuldades que a Votorantim tem enfrentado antes do início das operações no Pará?

O Pará recebeu a Votorantim Metais de portas abertas. Prefiro dizer que temos desafios a serem superados. Dentre eles, destaco a questão da capacitação de mão de obra, infraestrutura de estradas vicinais para acesso à área do empreendimento, disponibilidade de profissionais qualificados, principalmente para a fase de operação e a logística para escoamento da produção até o porto de Barcarena.



COM A LARGA OFERTA DE ALUMÍNIO NO MERCADO MUNDIAL, OS ÍNDICES DO PREÇO ESTÃO EM QUEDA. DESTA FORMA, A VOTORANTIM METAIS ALINHOU O SEU NÍVEL DE PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO PRIMÁRIO COM O ATUAL VOLUME DEMANDADO PELO MERCADO."



A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO SÓ É POSSÍVEL POR MEIO DE UMA AÇÃO ARTICULADA INTERSETORIAL ENTRE PODER PÚBLICO, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS LOCAIS E EMPRESAS."

A empresa possui política de valorização de fornecedores locais? Que programas estão previstos nesse sentido?

A Votorantim Metais priorizará a contratação de empresas locais que ofereçam os produtos e serviços necessários para a implantação e operação do Alumina Rondon, e que cumpram ou se capacitem para cumprir os requisitos exigidos pela Votorantim Metais. Para isso, foi estabelecida uma parceria com o Sebrae e o programa Redes (Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará) da Fiepa para qualificação das empresas da região, para que elas possam se enquadrar nos requisitos exigidos (técnicos, ambientais, de saúde e segurança, entre outros) e possam se candidatar e competir frente às oportunidades de fornecimento ao empreendimento.

O município de Rondon do Pará está preparado para receber o empreendimento? Se não, que medidas estão sendo tomadas para dotar o município de infraestrutura que suporte um eventual aumento populacional e da demanda por serviços públicos?

As medidas de controle e mitigação desse impacto foram identificadas durante os estudos de impactos ambientais e serão implementadas por meio dos programas de apoio à população migrante, programa de fortalecimento dos serviços de segurança pública, programa de apoio ao desenvolvimento da gestão pública, programa de comunicação social, programa de atendimento médico-sanitário e programa de fortalecimento dos serviços de educação. A Votorantim Metais acredita que contribuir para a promoção do desenvolvimento local do município só é possível por meio de uma ação articulada intersetorial entre poder público, organizações sociais locais e empresas. Por isso, com o desenvolvimento desses programas a empresa deve buscar as parcerias com o poder público, como parte de um planejamento a longo prazo. A Votorantim Metais deu início em 2013 ao Programa de Apoio à Gestão Pública de Rondon do Pará, uma iniciativa do Instituto Votorantim e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que contempla os projetos de Modernização da Gestão Pública Municipal, Planejamento Físico e Territorial (Plano Diretor, Plano de Saneamento, Plano de Mobilidade e Plano de Habitação), além de projetos executivos de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. A primeira etapa dos trabalhos consistiu na elaboração do Planejamento Físico e Territorial (Plano Diretor, Plano de Saneamento, Plano de Mobilidade e Plano de Habitação), que foi apresentado e discutido com os moradores do município durante audiência pública e na Conferência da Cidade. ➡



Portal vai fortalecer a Amazônia

INICIATIVA VAI CRIAR UM AMBIENTE PROPÍCIO PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA DA REGIÃO A PARTIR DA MAIOR INTEGRAÇÃO ENTRE ESTADOS

“**F**alta integração. Precisamos construir um sistema de logística melhor estruturado para atender às relações comerciais. Se conseguirmos alcançar esses objetivos, vamos gerar emprego, renda e dinamizar a economia. O que queremos é um mercado amazônico mais dinâmico, sustentável e competitivo.” A fala de Djalma Melo, titular da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), é representativa porque mostra a realidade da economia da Amazônia e sinaliza qual via seguir para tornar mais forte o setor produtivo da região.

Esse caminho começa a ser trilhado com o lançamento do Portal Amazônia Negócios, projeto do Programa de Integração Intrarregional da Amazônia, vinculado ao Plano de desenvolvimento Regional da Amazônia. Lançado no mês de maio, em Belém, a partir de uma iniciativa da Sudam, em parceria com a Ação Pró-Amazônia, grupo que congrega a Fiepa e as demais federações de indústria da região, o Portal se revela um instrumento importante para a divulgação técnica e comercial de quem quer vender e comprar produtos e serviços na região.

Para o presidente do Sistema Fiepa e coordenador da Ação Pró-Amazônia, José Conrado Santos,



Tarso Sarraf

✦ *Djalma Melo, titular da Sudam: falta integração entre os estados da Amazônia*

o Portal chega para fortalecer a região, elevando as compras intrarregionais. “São passos importantes que damos em direção à expansão nacional”, pontua. Ele ressalta que internamente o Pará já experimentou esse sucesso, por meio do trabalho desenvolvido pela Rede de Desenvolvimento de Fornecedores (Redes), quando o Estado aumentou de 19% para 52% as compras locais. “E eu tenho certeza que, com esse Portal funcionando a todo vapor, a Sudam e a Ação Pró-Amazônia promoverão o incremento e a integração dos negócios na região.”

Aberto para o cadastro de qualquer empresa, o Portal é mais do que uma ferramenta para incrementar as relações de compra e venda. “Ele chega para alavancar o crescimento econômico da Amazônia. É uma plataforma online com dinamismo comercial que possibilita não apenas a exposição de produtos e serviços, mas a sua localização e forma de acesso. O Portal vai potencializar as compras entre os estados da Amazônia e, logicamente, ampliar os negócios para os compradores de todo Brasil”, completa Djalma Melo, da Sudam.

ESFORÇO POR UM MERCADO MAIS DINÂMICO

Os números mostram que as compras intrarregionais podem melhorar, deixando mais forte a economia local. O Acre compra 40% dos estados da Amazônia Legal e vende 49%. O estado de São Paulo responde por 35% das vendas do Acre. Também na região amazônica, o Mato Grosso tem como principal fornecedor de produtos, o estado de São Paulo: em 2011 as vendas ao mercado paulista garantiram R\$ 11 bilhões ao Mato Grosso, algo em torno de 41% do valor comercializado pelos produtos mato-grossenses. O Pará também registrou, em 2011, balança desfavorável ao desenvolvimento regional: 78,28% das compras paraenses vieram de outras regiões do Brasil.

Para Edilson Baldez, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Fiema, o Portal Amazônia Negócios vai ser fundamental para ampliar e dar visibilidade aos serviços, já prestados pelos fornecedores para grandes em-

presas, às administrações públicas, integrando toda a região amazônica. “Já temos bons fornecedores no Maranhão e agora, a partir dessa interação e dessa integração que o Portal vai proporcionar, poderemos alavancar o desenvolvimento regional, papel principal da Sudam”, avalia.

Para Marcel Souza, diretor executivo da Redes/Fiepa, a plataforma vai possibilitar a quebra de um paradigma muito antigo vivido na Amazônia Legal. “O isolamento histórico vivido na nossa região, onde tudo era voltado para o sul e sudeste do país, tende a se quebrar agora com essa ferramenta. O Portal chega para fortalecer a missão da Ação Pró-Amazônia, potencializando as relações entre os estados da região.” Para José Conrado, outros ganhos virão associados: “vamos contar com a abertura de novos empregos, o aumento do valor agregado regional e a melhoria da distribuição de renda”, acredita. ◀

COMO FAZER PARTE

Empresas de qualquer segmento com sede na Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) poderão fazer parte do Portal Amazônia Negócios.

A localização física da matriz determinará a categoria dentro do portal como fornecedor ou comprador e, se a empresa possuir sede em qualquer estado da Amazônia Legal, poderá realizar compras e vendas.

Os interessados em participar deverão acessar, a partir de setembro, o endereço eletrônico www.amazonianegocios.org.br.

Bruno Carachesti



◀ Marcel Souza, diretor da Redes/Fiepa, acredita no crescimento da região norte

14 pontos fundamentais para a indústria

AGENDA SINALIZA AO LEGISLATIVO FEDERAL A PAUTA PRIORITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRODUTIVO

O Brasil precisa de leis modernas para atrair investimentos. Esse ambiente favorável aos negócios impulsiona o crescimento da economia, a geração de renda e a criação de empregos. É por essa razão que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem, há quase duas décadas, formulando uma pauta fundamental para o desenvolvimento do país. A Agenda Legislativa da Indústria traz à tona as principais proposições legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Em 2014, a agenda chega a 19ª edição apresentando posicionamentos consolidados pelo setor, em conformidade com as me-

tas e os objetivos do Mapa Estratégico da Indústria. O posicionamento do setor produtivo é classificado em convergência ou divergência em relação ao projeto e resulta de uma consulta às 27 Federações de Indústrias do país, assim como às Associações Setoriais de caráter nacional.

Consolidadas as análises, a Agenda Legislativa da Indústria é levada para aprovação da Diretoria da CNI, e posteriormente lançada em evento com a presença dos presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal e do presidente da CNI, parlamentares, presidentes, diretores e executivos das entidades participantes da construção da Agenda. ◀

“Essa reunião é muito importante, sobretudo porque do ponto de vista do legislativo dá um norte para que nós possamos avançar. Todos os anos nós levamos em consideração a agenda que nos é sugerida e posta pela Confederação da Indústria.”

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE DO SENADO



Sim
Não
Abs

PAUTA MÍNIMA

Para a CNI, 14 propostas são prioritárias nesse momento para o desenvolvimento do Brasil. Elas podem atrair investimentos e geração de renda e estão elencadas na Pauta Mínima da Agenda Legislativa da Indústria. Entre os temas, 12 apontam para avanços no ambiente de negócios e merecem apoio da indústria e dois trazem retrocessos que precisam ser superados.

PROJETOS CONVERGENTES

■ REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
PL 3401/2008

Proíbe que seja decretada por iniciativa exclusiva do juiz, permitindo que a empresa apresente sua defesa previamente a qualquer decisão.

■ QUESTÕES INSTITUCIONAIS

→ Uniformização de normas sobre processo administrativo fiscal
PLS -C 222/2013

■ LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

→ Extinção do adicional de 10% do FGTS
PLP 51/2007

→ Terceirização:
Regulamenta o contrato e estabelece dispositivos de proteção para garantir o equilíbrio nas relações entre empresa contratante, prestadora de serviço e trabalhador terceirizado
PL 4330/2004

■ SISTEMA TRIBUTÁRIO

→ Crédito financeiro do IPI
PL 6530/2009

PRORROGAÇÃO DO REINTEGRA

→ Prorroga, até 31 de dezembro de 2016, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra)
PL 6647/2013

CONVERGENTES COM RESSALVAS

■ REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

→ Nova Lei de Licitações
PLS 559/2013

→ Limitação à substituição tributária de MPES e Inclusão de novas categorias no SIMPLES
PLP 237/2012

■ MEIO AMBIENTE

→ Normas para o licenciamento ambiental
PL 3729/2004

■ LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

→ Redução da jornada de trabalho
PEC 231/1995

■ INFRAESTRUTURA

→ Novo Código de Mineração
PL 37/2011

→ Marco Civil da Internet
PL 2126/2011

■ SISTEMA TRIBUTÁRIO

→ Normas de tributação de lucros e dividendos de controladas e coligadas brasileiras no exterior
MPV 627/2013

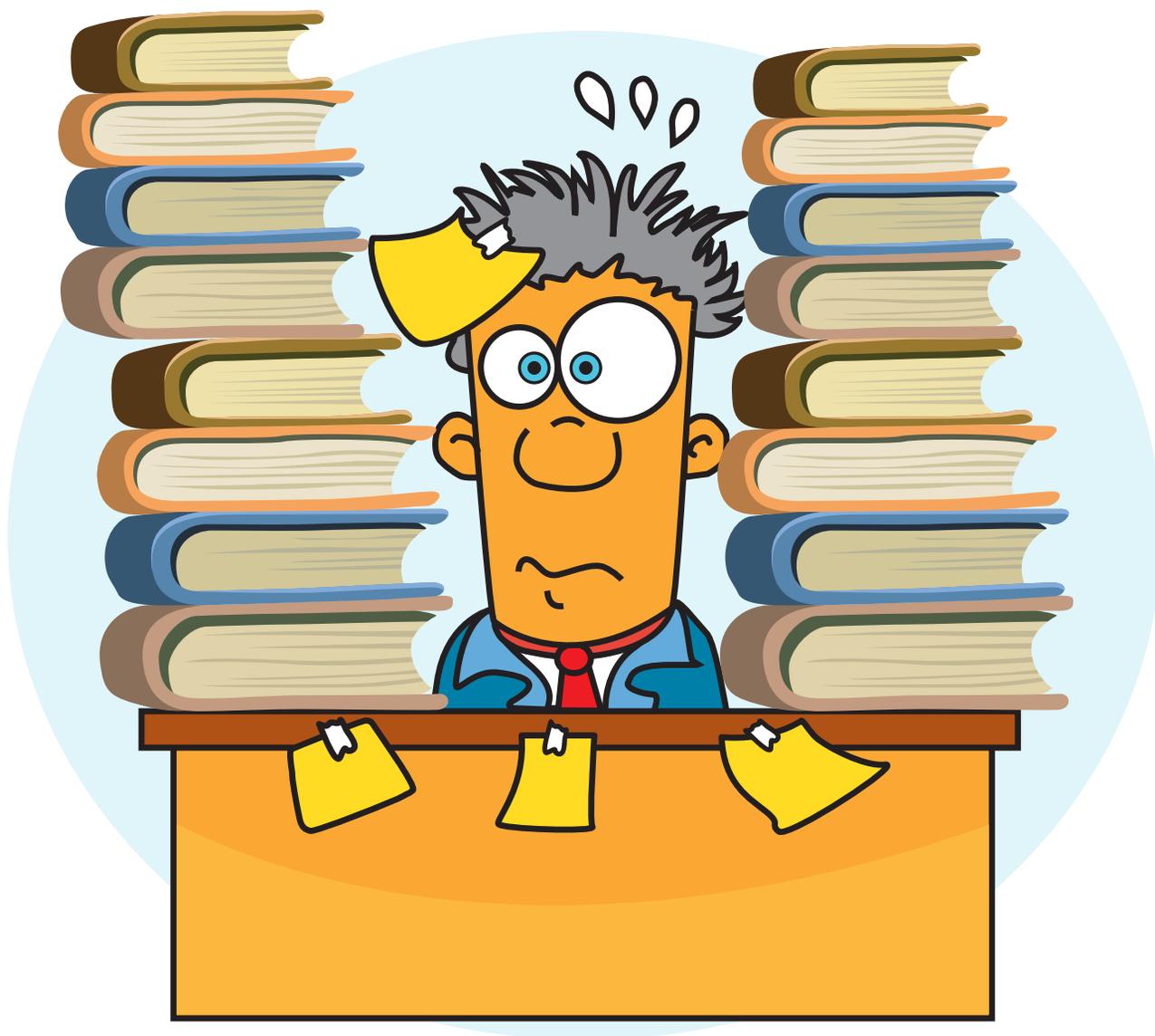
DIVERGENTES

■ LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

→ Redução da jornada de trabalho
PEC 231/1995

→ VEDAÇÃO À DISPENSA IMOTIVADA
Propõe a adoção no Brasil da Convenção nº 158 da Organização Mundial do Trabalho (OIT) que obriga empresas a comunicarem motivo do desligamento se for por justa causa
MSC 59/2008

14 00



Por menos burocracia para novas empresas

GUIA VAI AJUDAR PREFEITURAS NA FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO E LEGALIZAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

“**P**ara abrir uma empresa você precisa ter muita paciência. Na última que abri, há dois anos, precisei esperar quase quatro meses até conseguir o alvará da prefeitura. É um estresse que se você não tiver muita cabeça fria acaba preferindo ficar na informalidade”, comenta Jefrison da Silva, proprietário das empresas Vida Car e New Sound, ambas com atuação em Belém. O relato do empresário faz coro com todos os brasileiros que querem começar um empreendimento seguindo os trâmites da lei. E esse excesso de complicação é um grande desestímulo ao desenvolvimento dos negócios.

Segundo o estudo Sondagem Especial: Burocracia e Indústria Brasileira, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 85% dos empresários do país consideram o número excessivo de obrigações legais o maior problema aos negócios. “O ideal seria que o empresário solicitasse a abertura de um negócio hoje e pelo menos em duas semanas fosse atendido, mas esperamos por meses, enfrentamos vários empecilhos e isso causa um desgaste. A situação só não é pior porque nós meio que nos acostumamos com a burocracia que está em todos os setores do governo”, reclama Jefrison.

Esse excesso de procedimentos para licenciamento de empresas cria descontentamentos entre os empreendedores e é considerado um dos principais motivos para o alto índice de empreendimentos informais no país. “Uma empresa leva, em média, 152 dias para receber autorização para ser aberta, e isso é um tremendo absurdo, pois causa um desgaste no empresário e ele acaba desistindo de seguir em frente. É certo que a empresa perde as vantagens de estar legalizada, mas o governo e, conseqüentemente, a população acabam perdendo também”, comenta Solange Mota, presidente do Conselho de Micro e Pequenas Empresas (COMPEM), da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa).

Em meio a todo esse imbróglio, as prefeituras municipais são as principais responsáveis no que diz respeito aos entraves burocráticos. É o que revela o estudo divulgado pelo *International Finance Corporations* (IFC), do Grupo Banco Mundial, que mostra que 70% dos prazos do processo de solicitação do alvará de funcionamento de empresas ocorrem no âmbito municipal. Sem políticas que dinamizem essas liberações todos saem perdendo. Menos burocracia acarreta menos custos para as empresas, gerando mais empreendimentos e empregos formais, mais renda e mais arrecadação pública, com a possibilidade de aumentar os investimentos em saúde, segurança e educação, pontua Solange Mota. ➔

6 meses

TEMPO MÉDIO QUE UMA EMPRESA ESPERA ATÉ RECEBER AUTORIZAÇÃO PARA SER ABERTA

APOIO FINANCEIRO

As prefeituras que se interessarem em melhorar suas gestões também poderão receber o Apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que dispõe de uma linha de financiamento voltada para a Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, direcionada para os municípios. A linha, em operação desde 1997, financia ações de capacitação gerencial, normativa e operacional; de controle de processos e patrimonial; permitem a aquisição de novas tecnologias de informação e comunicação; e também auxilia na integração da estrutura administrativa municipal.

De acordo com Marcelo Fernandes, chefe do Departamento de Gestão e Investimentos Públicos, da Área de Inclusão Social do BNDES, o PMAT já apresentou bons resultados para a gestão municipal. “Com o desenvolvimento e implantação de aplicativos de gestão de processos para os setores financeiro, tributário, administrativo, cobrança, saúde e educação, as prefeituras conseguem um melhor aproveitamento do potencial da sua arrecadação tributária, dentre outras melhorias que já foram verificadas”, afirma o representante do BNDES.

Acesse o Guia para Modernização de Procedimentos para Licenciamento de Empresas www.portaldaindustria.com.br

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, mas sem esquecer a proteção à sociedade e às empresas, a CNI e a IFC reuniram, em um Guia, informações básicas para auxiliar prefeituras para modernizarem seus procedimentos de emissão do alvará de funcionamento. O Guia foi publicado no final do ano passado e, em 2014, por meio de *workshops*, será apresentado detalhadamente em todas as federações do país. A Fiepa foi a primeira a realizar o evento, em maio, e contou com representantes de 42 municípios do Pará. “Nosso projeto visa não só apontar os problemas, mas indicar soluções para que esses trâmites sejam modernizados, e conscientizar de que os benefícios de menos burocracia alcançam a todos”, explica Renato da Fonseca, gerente executivo de pesquisa e competitividade da CNI.

MENOS BUROCRACIA PARA GERAR MAIS DESENVOLVIMENTO

Os números expressivos de empresas em atividade no Brasil demonstram o quanto pode ser lucrativo para o desenvolvimento dos municípios trabalhar em prol da modernização dos procedimentos de liberação de alvarás. Segundo dados recentes da Secretaria de Micro e Pequena Empresa (SMPE), da Presidência da República, existem mais de 8 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil, representando 97% das empresas formais no país. Juntas, elas respondem por 52% do emprego e 20% do PIB nacional.

“Temos ciência de que é preciso regular, mas o excesso da regulação pode impedir na criação de novos negócios. É preciso que os gestores estejam cada vez mais atentos para não serem as responsáveis por retardar o desenvolvimento dos municípios, mas que estimulem o empreendedorismo, já que são nas cidades que os empreendimentos se instalam”, considera o presidente do Sistema Fiepa, José Conrado Santos.

Segundo o gerente de Políticas Públicas do Sebrae Pará, Roberto Bellucci, as prefeituras precisam ser mais flexíveis com os empresários que estão começando um negócio e isso já está ocorrendo. “Órgãos de registros e licenciamentos reivindicam coisas que empresas que estão começando até se assustam e desistem de entrar no mercado formal. Mas acredito que isso tem sido amenizado no Brasil, graças a tantas outras iniciativas como o Guia produzido pela CNI, que esclarece muito bem essas questões”, considera.

O prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, vê o Guia como uma ferramenta importante para contribuir

85%

DOS EMPRESÁRIOS BRASILEIROS CONSIDERAM A BUROCRACIA O MAIOR ENTRAVE AOS NOVOS NEGÓCIOS

Bruno Carachesti



📌 O empresário Jefrison Pinto precisou ser persistente para superar a burocracia na abertura de duas empresas

com a gestão municipal. Ele participou do *workshop* realizado pela Fiepa e disse que já conseguiu reduzir de 40 para 4 dias o prazo para abertura de uma empresa na capital paraense. “Quando se perde tempo, se perde dinheiro. São recursos que poderiam entrar nos cofres municipais para serem revertidos em obras e ações para a sociedade. Com o que foi nos passado por meio deste Guia, penso que todos os nossos municípios vão ganhar agilidade com as ferramentas que agora serão de conhecimento e de interlocução entre as prefeituras e a CNI”, comemora Zenaldo. ➡



UNIVERSITEC: UM *HABITAT* DE INOVAÇÃO A FAVOR DA INDÚSTRIA PARAENSE

GONZALO ENRIQUEZ

PROFESSOR, DOUTOR E DIRETOR DA AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – UNIVERSITEC/UFPA

Inovações na área tecnológica são a mola propulsora da economia moderna e constituem o fator determinante para ampliar a competitividade e o desenvolvimento de nações. Em sintonia com este imperativo e ciente do papel fundamental da academia para a conquista de tais avanços, a Universidade Federal do Pará (UFPA) figura em uma posição estratégica: de 192 universidades avaliadas, é a 17^o no *ranking* nacional no quesito inovação.

A constatação foi divulgada no mais recente *Ranking* Universitário realizado pela Folha, uma das principais publicações jornalísticas do país. A avaliação ratifica o lugar de destaque da UFPA como uma das mais importantes instituições de ensino do Brasil.

O investimento no desenvolvimento de tecnologia é uma área de relevância econômica e social. É a via para reescrevermos o papel do Pará – que deve superar a condição de exportador de insumos naturais – para um estado capaz de agregar valor e gerar emprego e renda. Neste horizonte, a Universitec, Agência de Inovação Tecnológica da UFPA, figura como um polo no desenvolvimento de inovação e incentivo ao empreendedorismo tecnológico da região Norte.

A agência se constitui dentro do conceito de *habitat* de inovação, ambiente propício ao desenvolvimento contínuo de novidades tecnológicas. Trata-se de um espaço de aprendizagem coletiva, intercâmbio de conhecimentos e práticas produtivas, de interação entre os diversos agentes de inovação: empresas, instituições de pesquisa, agentes governamentais. Agrega, ainda, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, polos de inovação, aglomerações produtivas de pequeno e mediano porte e, outras experiências, principalmente consórcios empresariais.

Nesse sentido, o protagonismo da Universitec se revela em resultados: dos projetos de ponta no desenvolvimento de tecnologia contemplados em todo país pelo programa federal Tecnova de incentivo à inovação e crescimento de micro e pequenas empresas: quatro são da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), da Universitec.

O desempenho das nossas incubadas, que concorreram com mais de 100 empresas de todo o estado, reforça o papel do PIEBT de fomentar empreendedores competitivos. O programa do Governo Federal é realizado na região em parceria com a Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa). O edital contemplou o desenvolvimento de tecnologia em áreas estratégicas que são foco das empresas que compõem o PIEBT.

A empresa Inovar aprovou o “I-Sync 3.0: uma ferramenta para visualização, sincronização e movimentação bidirecional de dados heterogêneos geograficamente distribuídos”. A Amazon Biotech, o projeto de membrana biocompatível que funciona como veículo para aplicação de fármacos em tecidos lesionados. A Amazon Dreams teve contemplado o projeto “Diversificação da linha de produtos à base de açaí”, proposta principal da empresa desde a sua formação, na busca de agregar valor aos produtos deste fruto tão característico na flora da região e marcante na cultura do Pará – superando o uso secular do açaí como *commodity*, e agregando valor ao produto. A MDI se destacou no edital com a proposta de investir na educação associada à tecnologia, com ambientes de aprendizado por meio da internet e laboratórios digitais, como o projeto “Desenvolvimento de aplicativos para o aprendizado com abordagem interdisciplinar”.

Atualmente no PIEBT, onze novos produtos estão sendo desenvolvidos. Em breve teremos muitas novidades no mercado. A cada projeto incubado são oferecidas ferramentas, consultorias, acompanhamento e ambiente propício para desenvolvimento de novas ideias e processos criativos, principalmente com uso de alta tecnologia. Com a cultura empreendedora em expansão, a perspectiva é ampliar a procura por incubação nos próximos anos. 📩

O investimento no desenvolvimento de tecnologia é uma área de relevância econômica e social. É a via para reescrevermos o papel do Pará (...) para um estado capaz de agregar valor e gerar emprego e renda.

IEL convida empresas à recertificação

PROCEM OFERECE A OPORTUNIDADE DE ATUALIZAR A QUALIFICAÇÃO FORNECIDA



📍 *Marcella Dias, técnica responsável pela condução do Procem*

Diante de um mercado extremamente competitivo, é cada vez mais importante que as empresas cultivem processos com alto padrão de qualidade. Dessa forma, conseguem atender expectativas de rentabilidade, diferenciação e vantagens competitivas no mercado. Para dar suporte às empresas da região, o Sistema Fiepa, por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-Pará), com o apoio da Redes, lança em breve a nova edição do Programa de Certificação de Empresas (Procem). O processo torna possível a revalidação dos certificados das empresas participantes do programa entre os anos de 2007 e 2009 em quatro grandes polos do estado: Belém, Barcarena, Carajás e Tapajós.

O Procem vai disponibilizar ferramentas para requalificar os fornecedores locais para se adequarem aos requisitos de gestão exigidos pelas empresas compradoras. “O programa promove o desenvolvimento das empresas, a partir dos requisitos que caracterizam um fornecedor qualificado nas áreas já mencionadas, dando-lhes condições de competitividade. A reciclagem é importante e fundamental às novas exigências do mercado”, pontua Eliana de Cáritas, coordenadora de Desenvolvimento do Instituto Euvaldo Lodi.



◉ Dimas de Souza, da Trael: certificação garantiu mais visibilidade à empresa

nica responsável pela condução do Procem, a parceria é fundamental para levantar as demandas exigidas por grandes empresas que precisam do fornecimento. Os requisitos, segundo ela, são definidos a partir de necessidades básicas, que vão desde a simples melhoria do atendimento ao cliente até o desenvolvimento tecnológico, passando pela reorganização de suas atividades contábeis, tributárias e trabalhistas. “Contando ainda com a aplicação de ações preventivas de segurança e qualidade de vida de seus trabalhadores e em acordo com as demandas específicas de cada empresa compradora, participante do Programa”, completa.

Dimas de Souza, sócio-proprietário e diretor comercial da Trael Indústria e Comércio de Transformadores Elétricos, conta que sua empresa recebeu a certificação do Procem em 2009 e essa decisão mudou completamente a forma como ela atua no mercado. Especializada em assistência técnica e manutenção de transformadores de energia, a partir do Procem, a Trael passou por mudanças positivas que resultaram em benefícios reais. “Ganhamos visibilidade no mercado, maior credibilidade e retorno financeiro. Posso dizer, com toda certeza, que nossa empresa cresceu entre 15% e 20% após a certificação.” ➔

“A proposta possibilita uma oportunidade ímpar de negócios para as empresas que aderiram ao Programa. Com essas soluções, a organização estará apta para disputar o estabelecimento de parcerias importantes, a geração de ganhos de eficiência e produtividade, melhorias em processos de gestão, ampliação de novos mercados, desenvolvimento da própria empresa

e, por conseguinte, contribuir para o desenvolvimento do estado”, resalta Gualter Leitão, diretor regional do IEL.

Um dos benefícios do Procem é o avanço da atuação integrada entre compradoras e fornecedoras, co- operação essa que possibilita a redução do esforço e dos custos envolvidos no desenvolvimento das empresas. Para Marcella Dias, téc-

CERTIFICAÇÃO CREDENCIÁ PARA O MERCADO

Para Cláudio Braga, gerente sênior de Suprimentos da Imerys, a certificação é uma aliada importante na garantia de bons serviços e práticas sustentáveis. “Por meio deste programa, muitas empresas locais se fortaleceram e passam a prestar serviços que antes eram executados por empresas de outros estados. Quando contratamos empresas certificadas sabemos que se profissionalizaram em sua gestão, recebendo o suporte necessário para realizar as melhorias e adequações exigidas pelo mercado. A cadeia de suprimentos, como um todo, sai ganhando”, analisa.

Entre os benefícios observados pelas mantenedoras estão a melhoria no atendimento, aplicação de ações preventivas de Saúde e Segurança, qualidade de vida de seus trabalhadores, desenvolvimento tecnológico, reorganização das atividades contábeis, tributárias e trabalhistas.

“Os fornecedores são parceiros nos negócios e precisam estar em conformidade com nossos valores. É importante trabalhar com empresas certificadas pelo Procem, pois sabemos que são fornecedoras de qualidade, que têm suas atividades de acordo com a legislação e podem proporcionar melhor atendimento, desenvolvimento tecnológico e ações preventivas em Saúde e Segurança do trabalho. São inúmeras as vantagens”, destaca Adrienne Pereira, gerente de Suprimentos da Hydro, em Barcarena.



Adrienne Pereira, da Hydro: fornecedoras certificadas saem na frente



➔ **Josimar Gomes, da Linave,** aponta mudanças na gestão contábil, tributária e trabalhista da empresa após a certificação



A meta do Procem é disponibilizar a recertificação às 67 empresas do Pará que se certificaram em Gestão de Qualidade e Produtividade, Gestão de Saúde e Meio Ambiente e Gestão Contábil, Tributária e Trabalhista, áreas consideradas fundamentais para o sucesso e confiabilidade do negócio.

RESULTADOS POSITIVOS

Na Linave Navegações, empresa na qual Josimar Gomes é coordenador de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente, a mudança, após a certificação, veio em todos os níveis. Ele faz questão de destacar a maior unidade entre os gestores e os benefícios que resultaram dessa transformação, como “o aumento na qualidade dos processos e serviços, uma visão mais ampla sobre a empresa, maior comprometimento e, o mais importante, nos ajudou a identificar e corrigir os fatores impeditivos de crescimento”, destaca.

Josimar gosta de destacar também as melhorias que o Programa trouxe na gestão contábil, tributária e trabalhista quando revela que antes do Procem tudo era feito de forma amadora, mas que após o mapeamento dos processos, implantação da Qualidade e o fortalecimento da cultura de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, esse departamento também sofreu transformações e passou a ser gerido de forma profissional, o que rendeu resultados positivos que podem ser percebidos até hoje na empresa. ➔

BENEFÍCIOS NA PRÁTICA

O trabalho será executado pelo IEL e realizado por etapas, atendendo aos quatro polos de atuação. A primeira etapa contemplará as empresas dos polos Belém e Tapajós, fase em que passarão por um diagnóstico empresarial, capacitação, monitoria, pré-auditoria e auditoria, período de revalidação que dura em média seis meses, até receber a recertificação.

UM FRUTO QUE VALE OURO

**CONSIDERADA UMA FRUTA
COM ALTO POTENCIAL DE
MERCADO, O CACAU SE MOSTRA
UMA IMPORTANTE PEÇA NA
ECONOMIA BRASILEIRA**



Nativa da Amazônia, o cacaueteiro é uma espécie de grande importância para o setor econômico por seu fruto ser a principal matéria-prima de um produto mundialmente conhecido e igualmente apreciado: o chocolate. Esse alimento está cada vez mais presente na vida das pessoas, seja pelo sabor inigualável ou pelos benefícios que traz à saúde.

A procura pela iguaria está tão intensa que alguns especialistas já estão prevendo uma supervalorização do produto. Isso porque, estima-se que a produção de mundial de cacau não será capaz de suprir a demanda do mercado, fazendo com que o preço do chocolate se eleve. Atrás de países como Alemanha e Argentina, o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking dos

maiores consumidores de chocolate, com uma média anual de três quilos e meio por pessoa, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com um possível cenário de crise, a Comissão de Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac) está se mobilizando para alavancar a produção do Brasil. A expectativa é de que nos próximos 10 anos o país seja capaz de dobrar a produção, que atualmente está em 250 mil toneladas ao ano. O plano estratégico prevê a participação de todos os estados produtores, incluindo o Pará. Cada um deles possui metas específicas, estabelecidas de acordo com suas respectivas limitações. ➔



PARÁ SE PREPARA PARA AUMENTAR O POTENCIAL DE PRODUÇÃO

Atualmente, o Pará é o segundo estado brasileiro com a maior produção de cacau. Mas há chances de alcançar o posto de primeiro lugar. “Desde o lançamento do plano, a gente vem percebendo que o Pará é o único estado que vem superando as metas de áreas plantadas e produção”, afirma o superintendente da Ceplac, Jay Wallace Mota.

De acordo com Mota, ao todo, o estado possui 23 municípios produtores. Juntos, eles alcançam uma produção anual que oscila entre 80 mil e 90 mil toneladas. Há, inclusive, áreas plantadas que devem alcançar a marca de 120 mil toneladas ao ano quando entrarem em produção. O bom desempenho do Pará se deve a fatores como clima, quantidade de áreas disponíveis e o interesse dos produtores locais em investir no cultivo do cacau.

Atividade ecologicamente correta, a cacauicultura não requer uma área exclusiva para plantação e pode, inclusive, ser aliada a outros tipos de culturas. É o que ocorre nos sistemas agroflorestais implantados pela Cooperativa Agroflorestal de Tomé-Açu (Camta) em municípios como Igarapé-Miri, Cametá e Abaetetuba. Nesse modelo, mais de dois mil produtores se dedicam à plantação de cacau e outras espécies, com intuito de gerar renda para o sustento das famílias.

“Hoje nossa produção de cacau gira em torno de 800 toneladas por ano”, afirma Francisco Wataru Sakaguchi, diretor-presidente da Camta. Deste montante, conta o representante, 60% vai o mercado japonês e o restante é destinado ao mercado interno.

De modo geral, os principais pontos do plano estratégico desenvolvido para o setor estão voltados para a qualificação dos produtores rurais. “Estamos investindo em gente para dar assistência aos produtores. Nós temos tecnologia para produzir acima de 120 mil quilos de cacau por hectare e alguns produtores já estão fazendo isso, enquanto outros ainda não produzem por falta de assistência”, finaliza Jay.

Outro fator que contribui com o aumento da produção é a política de incentivo à cacauicultura, ge-

Fotos: Bruno Carachesti



Jay Wallace Mota, superintendente da Ceplac

renciada pela Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri). Por meio do Funcau, a Secretaria investe em ações de apoio e capacitação de novos produtores. “O fundo procura estimular investimentos públicos e privados a aumentar a eficiência na produção e comercialização de amêndoas secas de cacau e os voltados à verticalização e agro industrialização da produção de cacau”, explica Arnaldo Martins, técnico especialista da Gerência Executiva de Culturas Industriais da Sagri.

A iniciativa beneficia pequenos e médios produtores e atua principalmente na liberação de recursos para a extensão rural. Suas principais ações estão voltadas para o aumento da produção de sementes híbridas de cacau – mais resistentes a pragas e doenças agrícolas – e apoio a cooperativas e associações de produtores. Com a criação do fundo, mais de 20 municípios paraenses já se tornaram produtores. “Almejamos chegar a 250 mil toneladas para trazer várias processadoras de chocolates para trazer ganhos para o estado, a exemplo de geração de empregos e impostos, que possibilitam um desenvolvimento por completo”, garante o titular da Sagri. ⇨



**250
mil**

**toneladas ao
ano no Brasil**



**90
mil**

**toneladas ao
ano no Pará**

1/3

**O valor do cacau
no Pará e no
Brasil**

23

**municípios
produtores
no Pará**

Ilustração: Márcio Alvarenga

📍 Produtos da empresa Cacaúway, que tem sede em Medicilândia, atuação no setor produtivo e industrial do cacau





O cacau lembra chocolate, mas esse não é o único produto que possui valor para a indústria. O fruto do cacaueiro pode ser utilizado como geleia, destilados finos, fermentados (vinho e vinagre), xaropes para confeito, néctares, sorvetes, doces e iogurtes. Cada produto possui um mercado amplo e imediato, tanto no país quanto no exterior.

BOA PARTE DAS AÇÕES voltadas para o fortalecimento da cacauicultura é realizada com recursos do Funcacau. Um exemplo é o Festival Internacional do Chocolate e Cacau da Amazônia. A segunda edição do evento ocorreu em Belém no mês de abril, no Hangar Centro de Convenções e Feiras.

MARCAS REGIONAIS ENCONTRAM ESPAÇO NO MERCADO DE CHOCOLATES

Existente há um pouco mais de nove anos, a Amazônia Cacau – empresa paraense com sede no município de Santa Bárbara – se propõe a fazer um tipo diferente de chocolate: o *gourmet*. “Somos a primeira fábrica de chocolate na Amazônia a produzir chocolate de origem”, comenta De Mendes, sócio-fundador da empresa.

O chocolate *gourmet* se difere dos demais tipos por conta do cuidado excessivo com o cacau, que começa desde a plantação e vai até a secagem das sementes fermentadas. O fruto utilizado pela Amazônia Cacau vem de vários municípios do estado, em especial Medicilândia e Tomé-Açu.

Mendes acredita que esse tipo de chocolate vem conquistando espaço no Brasil e no mundo. “O mercado de *gourmet* ainda é um nicho, sofreu sua proporcional expansão e deverá se expandir por pelo menos mais dez anos”, comenta. Essa ampliação de mercado se deve exclusivamente à China e à Índia, no topo da lista de países consumidores.

Levando em conta o desenvolvimento da cacauicultura no Pará, Mendes acredita que o mercado está



O empresário De Mendes investiu no diferencial para dar destaque ao seu produto

aquecido e cheio de oportunidades para quem investe na produção cacaueira e na industrialização do fruto. “O Pará tem motivos de sobra para se destacar, basta o estado continuar a fazer o que já vem fazendo, ou seja, investir no incentivo da lavoura e passar a atuar mais incisivamente no setor da transformação, na produção do chocolate”, defende.

Outra chocolataria paraense está ganhando força. Situada no município de Medicilândia, a Cacuaway atua no processo de produção e industrialização do cacau. Além de fomentar a geração de empregos nas regiões nas quais atua, a empresa ainda contribui com a manutenção da

agricultura familiar ao utilizar o cacau fornecido por uma cooperativa formada por aproximadamente 40 produtores. “Hoje, a Cacuaway produz para um mercado regional com lojas instaladas em seis municípios da Transamazônica e uma loja na capital do estado”, comenta Ademir Venturin, presidente da Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica (Coopatrans) e fundador da Cacuaway. ↩

Pará ganha destaque e atrai novos negócios

ESTADO MOSTRA POTENCIAL PARA NOVOS INVESTIMENTOS QUE PODEM IMPACTAR POSITIVAMENTE NO CRESCIMENTO DAS CIDADES

Infraestrutura adequada, profissionais qualificados e incentivos do governo são pilares para que empresários decidam quais os locais certos para realizarem seus investimentos. O Pará tem se destacado na disputa com outros estados e mostra que tem essas e outras qualidades para atrair novos investidores. Pesquisa recém-divulgada pela Financial Times Magazine, uma das mais influentes revistas econômicas do mundo, mostrou o Pará como o “Estado do Futuro”, sendo a quarta melhor unidade da federação para se investir no Brasil e o sexto destino brasileiro mais preparado para atender os empreendedores.

Nesse contexto de atração de investimentos, empresários buscam alternativas para melhorar o ambiente de negócios. Foi esse horizonte que permitiu a adesão de muitos ao Projeto da Plataforma Logística do Guamá (PLG), plano voltado para o desenvolvimento de um Complexo Portuário com Cluster Logístico, Industrial e Naval – CLIN.

Essa será a primeira e genuína plataforma logística multimodal do Brasil e extremamente estratégica para o Pará tanto para concentrar as *commodities* que serão exportadas para os principais mercados globais quanto para as cargas da Zona Franca de Manaus. “Atualmente o



Bruno Carachesti

📍 Alexandre Araújo, coordenador de Logística Industrial da Seicom

Projeto encontra-se na fase de desenvolvimento estrutural e organizacional, mas a nossa expectativa é que ele já esteja operando a partir de 2017, promovendo uma melhoria na qualidade de vida e gerando

empregos para a população”, explica Alexandre Araújo, coordenador de Logística Industrial da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom).

O projeto deve ser construído no município de Inhangapi, próximo a Castanhal, e possibilitará um posicionamento estratégico para as empresas, reduzindo os custos operacionais, além de promover o desenvolvimento do município. “Dentro do empreendimento teremos um grande complexo de serviços – truck center, shopping, centro de convenções e rede hoteleira. Vale ressaltar que Castanhal será diretamente impactado pelo empreendimento, assim como Inhangapi”, pontua Alexandre ao ser questionado sobre os benefícios que esse empreendimento promoverá.

A longo prazo, outros municípios das regiões do Guamá, Caeté, Capim e Tocantins também terão investimentos significativos. “No Brasil, testemunhamos a ampliação da capacidade de geração de emprego, postos de trabalho e a distribuição de renda nas cidades de porte médio. A maioria dessas cidades localiza-se em regiões próximas das metrópoles, esse fenômeno tende a ser verificado também em nossa região”, comenta Kleiton Sampaio, presidente da Associação Comercial e Industrial de Castanhal (ACIC).



CIRCULAÇÃO DE CAPITAL DENTRO DOS MUNICÍPIOS

Atrair novos empreendimentos significa colaborar para o crescimento das cidades, especialmente daquelas mais afastadas das regiões metropolitanas. Os impactos positivos imediatamente percebidos com a instalação de um projeto são a abertura de novos postos de trabalho, a maior circulação de impostos e o incremento na infraestrutura urbana.

No Pará, é possível elencar exemplos de regiões que ampliaram o desenvolvimento urbano a partir da chegada de empresas. É o que deve ocorrer nas próximas décadas no município de Senador José Porfírio, localizado no sudoeste paraense, com a chegada da Belo Sun, empresa vinculada ao grupo canadense Forbes & Manhattan, que iniciou a implantação do Projeto Volta Grande (PVG).

O PVG é um empreendimento de mineração que vai realizar a operação de lavra de ouro a céu aberto e terá beneficiamento totalmente industrial, fora do leito do Rio Xingu. Serão mais de 2 bilhões de reais em investimentos no projeto. “É objetivo da empresa atingir metas de produção, remunerando o capital e desenvolvendo a região, através da educação e capacitação da população local, a geração de empregos formalizados, a criação de oportunidades e de serviços, numa verdadeira transformação da região”, explica Cláudio Lyra, executivo da Belo Sun, ao falar dos benefícios que empresa levará à cidade.

“Esse tipo de empreendimento promove o aumento da arrecadação do município e isso permite que possamos providenciar obras de saneamento básico, esgoto e melhorar a infraestrutura da sede do município”, explica Edison Palheta, secretário de Administração de Senador José Porfírio. O município tem um pequeno problema de descontinuidade do território, ou seja, outros municípios “cortam” Senador José Porfírio. “Municípios pequenos como o nosso dependem muito do que é disposto pelo Governo do Estado, então a chegada do PVG dobraremos a arrecadação da prefeitura e isso possibilitará uma melhora na qualidade de vida e nos salários, entre outras melhorias”, complementa. ☑

IMPACTOS POSITIVOS

O Projeto Volta Grande pagará cerca de 500 milhões de reais em impostos e tributos pela exploração dos recursos minerais ao longo do tempo de vida do empreendimento. Esse montante será dividido entre o município de Senador José Porfírio, o Estado do Pará e a União.

Durante a fase de implantação serão criados 2.100 empregos diretos e 6.300 indiretos e na operação serão mais de 3 mil vagas. A prioridade será dada aos moradores locais, como ocorre hoje, quando 70% dos 90 empregados do projeto são da região.

“O acréscimo de competitividade nos ajudará a ampliar o parque industrial e, sobretudo, dará um novo fôlego aos investimentos na implantação de indústrias que buscam melhores condições para a implantação de suas unidades fabris. Com o advento da PLG nossa região atenderá com mais eficiência o conjunto de exigências dessas empresas.”

KLEITON SAMPAIO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CASTANHAL

Rumo ao topo do *ranking* mineral

GOVERNO DO ESTADO LANÇA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVER O SETOR MINERAL

Até 2016, principalmente por conta da mina de ferro do projeto S11D da Vale, que deverá aumentar a produção no período para 230 milhões de toneladas, o Pará vai superar Minas Gerais, tornando-se o principal estado minerador do Brasil. A colocação feita por Ronaldo Lima, gerente executivo do Ibram Amazônia, ilustra como a mineração no estado vai ganhar força nos próximos anos.

Observando esse clima de otimismo, além das boas perspectivas de crescimento e investimento,

o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Pará (Seicom), veio desenvolvendo nos últimos tempos um plano estratégico para nortear ações no setor.

O denominado PME 2030 (Plano de Mineração Estadual) prevê políticas para os próximos quinze anos. A secretária de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, Maria Amélia Enriquez, explica que “a implantação do plano definirá as diretrizes para área e ajudará a tornar, por exemplo, o processo de licenciamento ambiental

menos burocrático e mais eficiente”. Como parte do trabalho, desde 2012, foram realizadas 13 oficinas para consolidação do Plano de Mineração do Estado do Pará. E o que circundou os encontros foi o debate sobre assuntos importantes relacionados ao setor mineral, indo da geologia à transformação do minério e o desenvolvimento de sua cadeia produtiva. No final do ano passado, a Seicom apresentou os resultados das oficinas para efetivação do projeto, além de apresentar na ocasião um panorama atual da atividade mineral no estado.



PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PME 2030:

- ➔ Ordenar a atividade minerária no Pará;
- ➔ Promover APLs (arranjos produtivos locais) de base mineral;
- ➔ Dinamizar o segmento de gemas e joias;
- ➔ Definir regras para o setor nas unidades de conservação no estado.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Coordenador geral do Instituto Senai de Inovação em Tecnologias Minerárias (ISI-TM), Alexandre Mesquita participou das oficinas para elaboração do plano e vê no documento importantes estratégias para o avanço do setor: “há diretrizes fortemente alinhadas com os objetivos do nosso instituto, como a promoção do desenvolvimento tecnológico das indústrias do setor mineral, por meio de atuação em conjunto com vários centros de pesquisa; a geração de recursos humanos qualificados; e o incentivo ao empreendedorismo local – principalmente no setor de transformação mineral – para geração de produtos com maior valor agregado”, pontua.

Para Mesquita, é fundamental a criação de um ambiente propício para o empreendedorismo – incluindo a atração de novas empresas para o setor no Pará. “Essa é a missão do ISI-TM, o desenvolvimento enquanto inovação e tecnologia aliado ao desenvolvimento do capital humano. Estamos realizando pesquisa sobre minerais em terras raras, que futuramente resultará num projeto de produção de óxidos de terras raras, de forma que atrairemos empresas para transformar esses óxidos em ligas e em produtos com alta densidade tecnológica, como ímãs para geradores eólicos, catalisadores, componentes para celulares e computadores”, aponta. ↩

Arquivo / AG, Pará



Com esse trabalho surge uma nova perspectiva do país em relação ao Pará, enxergando em nosso estado a possibilidade de um eixo logístico diferenciado. E ainda buscamos o desenvolvimento local nas áreas onde os projetos se instalam provocando a mineração de uso social, que é fundamental para um desenvolvimento econômico sustentável, e auxilia no crescimento de outro setor importante da economia que é a construção civil.”

MARIA AMÉLIA ENRIQUEZ, SECRETÁRIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

O PESO DA MINERAÇÃO NO PARÁ

O Pará é o segundo maior estado minerador brasileiro, responsável por 6% das exportações nacionais, 70% do saldo comercial brasileiro – sendo que a atividade minerária e a indústria de transformação do setor somam perto de 20% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual.



Com seis toneladas de ouro sendo extraídas anualmente dos garimpos localizados em 15 municípios, a indústria extrativa de transformação mineral paraense prevê investimentos da ordem de 55 bilhões até 2017.



São gerados 18 bilhões/ano, sendo que 36% vem das empresas mineradoras e 64% dos garimpeiros.



Só o setor responde por 3,5% dos empregos formais gerados no Pará. Até 2017, mais 42 mil postos de trabalho serão gerados pela mineração.



Ulisses Parente

Qualidade garante competitividade

PRODUTOS COM CERTIFICAÇÃO AJUDAM A CONQUISTAR CLIENTES CADA VEZ MAIS EXIGENTES



DADOS DO SISTEMA IMETRO de Monitoramento de Acidentes de Consumo mostram que as indústrias paraenses vêm se preocupando consideravelmente em garantir a segurança de seus produtos para o consumidor e, conseqüentemente, o número de certificações vem crescendo. Um dos exemplos de consequência positiva desses investimentos está na diminuição de acidentes de consumo por família de produtos infantis, que foi de 26,09%, em 2009, para 9,52%, em 2014.

O brasileiro está se tornando cada vez mais exigente na hora de escolher o produto que adquire. Segundo pesquisa realizada pelos institutos Datafolha e Data Popular, esse novo consumidor já representa 90% da população e possui como características principais o desejo por melhores produtos, governos e qualidade de vida. Ele também está disposto a pagar mais quando reconhece as funcionalidades dos produtos, dizem as pesquisas.

Essa mudança de postura do cliente exige das empresas um nível de excelência cada vez maior. E as certificações surgem como indicadores de qualidade para empresas que pretendem se manter competitivas. São elas que asseguram a conformidade dos produtos a padrões de qualidades estabelecidos por normas ou outros documentos normativos.

Segundo Fabrizio Guaglianone, presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará (ImetroPará), o cenário de exigência do mercado fez com que as empresas passassem a ver a certificação como algo imprescindível para o negócio.

“A maioria das empresas que busca certificação de seus produtos é de pequeno porte, logo necessitam de planejamento financeiro a longo prazo para darem início aos programas junto ao Imetro. O fator ‘gasto’, inicialmente, seria sim levado em consideração, porém, ao aprofundarem a reflexão acerca da importância da competitividade no mercado, detectam com facilidade o investimento, sendo fácil mensurar valores e repasse ao mercado, devido ofertarem produtos com maior qualidade”, afirma o presidente.

A certificação, entretanto, está longe de ser um bom negócio apenas para os consumidores. Fabricantes e governo levam vantagem nesse processo: o primeiro por evidenciar uma garantia relativa à qualidade da sua produção, assegurada por uma entidade independente, evitando acidentes e impactos ambientais, prevenidos pelos constantes testes e controles de qualidade; para o segundo, a certificação serve como mecanismo regulador da circulação de determinados produtos que impactam a saúde e segurança do consumidor e do meio ambiente. ➔

Adriano Magalhães



Fabrizio Guaglianone, presidente do ImetroPará

UNIDADES DE REFERÊNCIA AO ALCANCE DO EMPRESÁRIO PARAENSE

Levando em consideração a importância de testes que visam garantir a qualidade dos produtos das indústrias paraenses, o Senai trabalha com dois laboratórios de ensaios no Pará. Um deles é o de cerâmica vermelha. Localizado em São Miguel do Guamá, nordeste paraense, é o único no estado a realizar experiências na área de cerâmica com laudos que asseguram a certificação do Programa Setorial da Qualidade (PSQ).

Os objetivos básicos do Programa são elevar a imagem do setor e do produto cerâmico, valorizar e divulgar as empresas que fabricam produtos conforme as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em respeito ao consumidor e combater a não conformidade internacional nas vendas com ações específicas e dirigidas. Os PSQs estão dentro do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), criado pelo Governo Federal com a meta de organizar o setor de construção, no sentido de melhoria da qualidade do habitat e da modernização produtiva do segmento.

“Em nosso laboratório realizamos testes que avaliam desde a sonoridade e características visuais dos produtos até a massa e impermeabilidade dos mesmos, isto

é, garantimos um laudo completo e satisfatório”, diz Humberto José Macias, coordenador do Laboratório de Cerâmica Vermelha do Senai São Miguel do Guamá, destacando os ganhos desses testes. “Com esse levantamento, o fabricante tem menos perda no processo de produção e o consumidor final tem praticamente 100% de satisfação”, enfatiza.

Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas de São Miguel do Guamá (SINDICER), Antônio Aécio Miranda Lima, a chegada do laboratório deu um novo patamar às empresas locais, que passaram a se preocupar mais em comprovar a confiabilidade de seus produtos e, com isso, melhoraram a qualidade do setor. “Hoje temos perto de 25 empresas filiadas que possuem certificação de qualidade, e isso representa muito não só para a região na qual atuamos, mas também para todo o Pará. É um ganho para nós e para a sociedade de um modo geral, que passa a consumir produtos mais seguros, confortáveis e que respeitam normas de padrão de qualidade. É um ganho para nós e para a sociedade, que passa a consumir produtos mais seguros, confortáveis e que respeitam normas de padrão de qualidade”, comenta Lima.



Ulisses Parente

GANHO COMPROVADO

Criado em 2011, o Laboratório de Cerâmica Vermelha do Senai São Miguel do Guamá hoje realiza ensaios para empresas dos municípios de Castanhal e Uruará, no nordeste paraense; Santarém, no oeste; e também para indústrias do sul do estado. Uma dessas empresas clientes é a Cerâmica Vermelha Indústria e Comércio LTDA. Como uma das garantias para adquirir a certificação de qualidade do PSQ, a Cerâmica vermelha conta com o apoio do Senai nos ensaios de resistência dos produtos.

“O Laboratório do Senai nos auxilia nesse processo de comprovar que estamos de acordo com a norma ABNT NBR 15270, que define requisitos de qualidade específicos para eficiência e segurança na aplicação dos blocos”, comenta Thiago Cavalcante, gerente geral da empresa.



Ulisses Parente

Humberto Macias, coordenador do Laboratório de Cerâmica Vermelha do Senai



Divulgação

“ Com as certificações, ganhamos a credibilidade do consumidor e expandimos nosso alcance de vendas. Empresas de outros estados nos procuram para fechar negócio, pois nos veem com confiança. A certificação abre portas. Com ela, por lei, temos prioridade em licitações promovidas pelo governo.”

THIAGO CAVALCANTE, GERENTE DA CERÂMICA VERMELHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

SENAI É ÚNICO NO NORTE EM ANÁLISE DE CORROSÃO

Fica em Barcarena, nordeste do Pará, o Laboratório de Corrosão do Senai, preparado para realizar testes que detectam falhas de corrosão e gerar laudos indicando soluções para esse problema que afeta especialmente empresas que trabalham com a fabricação de produtos metálicos. Criado no final de 2013, o laboratório é o primeiro do ramo em toda a região.

Entre os serviços oferecidos pelo Laboratório de Corrosão estão a simulação de diferentes tipos de atmosferas controladas, simulação de atmosferas industriais (SO₂), medição de espessura de revestimentos, avaliação de degradação e envelhecimento em amostras por irradiação UVA/UVB e condensação/choque térmico.

Segundo Arthur Jardel Ferreira, coordenador da unidade, para o Pará, ainda mais do que para outros estados, os testes para detectar falhas de corrosão são imprescindíveis, quando levado em consideração as peculiaridades climáticas do nosso território. “Quase 90% das nossas plantas industriais são de base metálica, e nosso clima quente e úmido contribui muito para a corrosão. Com os ensaios, nós podemos amenizar esses problemas, contribuindo com o fabricante e com o consumidor, que terá produtos com maior qualidade, segu-



Ulisses Parente

⦿ Laboratório do Senai em Barcarena se prepara para atender empresas da região norte

rança e durabilidade”, pontua. Para Ferreira, o laboratório é um parceiro importante no processo produtivo da região. “O objetivo do Senai, com esse laboratório, é contribuir para a diminuição de custos, otimização do tempo e, consequentemente, tornar as indústrias mais competitivas no mercado”. Sendo o único da região norte a realizar testes na área de corrosão, o laboratório de Barcarena deve receber demandas de empresas de fora do estado.

Referência em qualificação de mão de obra para a indústria brasileira, com os laboratórios de ensaios, o Senai expande sua área de

atuação e contribuição para o setor industrial. O diretor regional em exercício do Senai, Dário Lemos, explica que essa iniciativa caminha junto com o novo momento do mercado. “Essa, na verdade, é uma extensão do que já fazemos há muitos anos, que é levar para dentro das indústrias profissionais que acompanham as novas tecnologias e padrões de qualidade estabelecidos pelos principais órgãos fiscalizadores. Essa mentalidade consciente vem sendo formada há vários anos, e agora a sociedade exige que seja colocada em prática”, avalia Lemos. ◀

Trabalhador saudável, empresa produtiva

ATIVIDADE FÍSICA REGULAR MELHORA SAÚDE DO TRABALHADOR E GERA REFLEXOS NO DESEMPENHO INDUSTRIAL



Disposição, motivação e bom condicionamento físico são características dos atletas profissionais. E esses mesmos fatores são igualmente fundamentais para quem encara a rotina diária de trabalho. Pesquisas comprovam que trabalhadores saudáveis e que mantêm a prática regular de atividade física produzem mais e melhor. As corporações passam a entender a importância do tema e investir em iniciativas de saúde e qualidade de vida para seus empregados.

O analista de logística Thiago Pinheiro atesta a veracidade do que dizem os estudos. O trabalhador da Imerys sempre foi atleta, pratica natação regularmente desde os 12 anos e, em 2010, iniciou os treinos de corrida sob orientação de um profissional de Educação Física. O resultado da dedicação vai além da boa saúde. “Eu era meio desconcentrado, mas quando praticamos uma atividade como a corrida, em que temos que desenvolver mais atenção para a respiração, acabamos nos concentrando mais e isso se refletiu no meu trabalho. Hoje sou mais atento a detalhes e me relaciono melhor com meus colegas de trabalho”, indica.

Foi com o estímulo e o exemplo de Thiago que a analista de infraestrutura Maria Carolina dos Santos deixou o sedentarismo. Ela era daquelas pessoas que se matriculavam na academia, frequentavam por algumas semanas e logo abandonavam a atividade. E o ciclo se repetiu por muitos anos até que ela descobriu na corrida uma modalidade motivadora. “No início de 2013 voltei a me matricular na academia e passei a aliar a musculação com a corrida. Foi quando realmente me senti animada a manter uma atividade. Então entrei em um grupo de corrida e comecei a preparação para a minha primeira corrida de 10 km, a Corrida do Sesi de 2013”, lembra a empregada da Imerys.

Com a prática regular de exercícios físicos, além do novo fôlego e dos quilos deixados para trás, a jovem viu sumirem alguns problemas de saúde e o cansaço rotineiro reduzir. “O esporte melhorou a parte de circulação, o inchaço nas pernas reduziu bastante e hoje tenho mais ânimo e disposição”, detalha. Como se todos esses argumentos não bastassem, Carolina destaca a integração social que a atividade física promove. “O que me manteve na corrida foi o grupo, a animação. Correr sozinha é uma coisa, já com outras pessoas, que te incentivam quando você pensa em desistir, dá outro clima”, frisa. ➔

OS DEZ FATORES QUE MAIS AFETAM O DESEMPENHO DOS TRABALHADORES

- Distúrbios do sono
- Dores nas costas e no pescoço
- Colesterol elevado
- Ansiedade
- Hipertensão
- Fadiga
- Obesidade
- Depressão
- Artrite
- Outras doenças crônicas



MAPEAR PROBLEMAS PARA ENCONTRAR SOLUÇÕES

Se saúde impacta na produtividade, o Diagnóstico de Saúde e Estilo de Vida do Sesi (DSEV) é o mapa que orienta gestores sobre quais caminhos seguir para ter uma empresa mais saudável. A ferramenta é aplicada por profissionais de saúde que avaliam os diversos aspectos, como acesso a serviços de saúde, comportamento relacionado ao trabalho e hábitos pessoais.

Com os dados obtidos, é possível identificar o perfil de qualidade de vida do trabalhador e, ao final, é entregue à empresa o relatório conclusivo do diagnóstico, denominada como etapa devolutiva do trabalho. Dessa forma, a organização pode identificar as áreas prioritárias a atuar de forma assertiva na melhoria da saúde dos funcionários. “Por meio do Diagnóstico é possível mostrar quais índices com melhores desempenhos e os que precisam de mais atenção da gestão da empresa. Por exemplo, se há um grande número de pessoas com hipertensão ou colesterol alto, é preciso aplicar alguma ação ou campanha para orientar os trabalhadores e levá-los a desenvolver um comportamento mais saudável”, detalha Jacilaine Souza, gerente de Qualidade de Vida do Sesi Pará.

O atendimento pós-diagnóstico é feito pelo Sesi de acordo com os serviços que a instituição disponibiliza, como oftalmologia, odontologia e saúde ocupacional, com palestras, ginástica laboral e demais atividades, e tudo sem que os trabalhadores saiam de seus locais de trabalho. “Atendemos todas as regiões do Pará, com serviços diversos. É importante ressaltar que o diagnóstico não tem custo algum para a empresa e sua entrega consiste em uma análise geral sobre seus funcionários”, afirma.

E os resultados são muito animadores. “Essa avaliação desperta no trabalhador um olhar para sua saúde e seu estilo de vida, a sua auto-valorização, estimulando sua qualidade de vida familiar e no trabalho, impactando inclusive no convívio com os colegas de trabalho e com sua produtividade”, complementa Jacilaine Souza.



“O DSEV é extensivo a todas as regiões do Pará, sem custo para a empresa, além de viabilizar, após sua conclusão, serviços voltados à qualidade de vida de seus trabalhadores.”

JACILAINE SOUZA, GERENTE DE QUALIDADE DE VIDA DO SESI PARÁ





📍 Carolina e Thiago (à direita): corrida como aliada da saúde e da produtividade

60%

dos trabalhadores entrevistados pelo Sesi apresentavam alta taxa de sedentarismo

70%

não têm o consumo adequado de frutas, verduras e legumes

Risco de aumento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e obesidade

Odontologia, palestras educativas e serviços de lazer foram os serviços mais procurados em 2013

Belém, Ananindeua, Paragominas, Parauapebas e Marabá foram algumas das cidades mapeadas pelo Sesi



ABAIXO O SEDENTARISMO

Trabalhadores da Pagrisa, única agroindústria produtora de etanol e açúcar do Pará com sede em Ulianópolis, terão em alguns meses medidas de estímulo à qualidade com o apoio da empresa. Com a revitalização do comitê de esporte e lazer, a Pagrisa planeja ações como a construção de academia ao ar livre, pista de caminhada e ciclovias, aulas de artes marciais e de grupos para prática de vôlei, futsal e caminhadas ecológicas. Haverá também um programa de incentivo à perda de peso e práticas esportivas com premiações aos setores que se destacarem.

A decisão de investir no combate ao sedentarismo veio a partir da percepção da elevada taxa de absenteísmo dos trabalhadores e se confirmou com a realização do Diagnóstico de Saúde e Estilo de Vida do Sesi. “O DSEV identificou, entre diversos indicadores, que 44,3% dos funcionários são sedentários. Hoje, o sedentarismo é considerado um problema de saúde pública, assim como o tabagismo, e precisa ser combatido”, pontua o enfermeiro do trabalho da Pagrisa, Gabriel Azevedo.

Com a mudança de atitudes, a Pagrisa investe em práticas que visam promover a adoção de um estilo de vida saudável entre os trabalhadores. “O bem-estar do trabalhador certamente tem reflexos nos próprios resultados do negócio”, finaliza Gabriel. ❏

Incentivo à inovação

**INICIATIVA PRIVADA TEM APOIO FINANCEIRO PARA DESENVOLVER
NOVAS TECNOLOGIAS EM DIFERENTES ÁREAS**



R\$ 27,5 MILHÕES

TOTAL DE RECURSOS DISPONIBILIZADO PARA AS EMPRESAS PARTICIPANTES DO EDITAL DE INOVAÇÃO SENAI/SESI

R\$ 300 MIL

VALOR DISPONÍVEL PARA CADA PROJETO COM PRAZO DE DESENVOLVIMENTO DE 20 MESES

Para diminuir os riscos ligados à falta de experiência na indústria têxtil e melhorar a qualidade dos treinamentos para empregados, a Companhia Têxtil de Castanhal (CTC) pretende criar um *software* capaz de auxiliar na qualificação profissional. A tecnologia é semelhante a um *video game*, permitindo assim, a interação do usuário. A ferramenta será capaz de capturar os movimentos do corpo humano, tornando ainda mais realistas as ações do aluno, o que permite uma experiência virtual, porém realista e compatível com a realidade.

O método é inovador por utilizar um ambiente 3D no contexto de uma indústria têxtil, permitindo a manipulação das máquinas de forma virtual. “O *software* também vai simular situações de risco para permitir a ação do funcionário para evitar acidentes”, conta Roberto Umeruda, gerente do Sesi Castanhal, regional que acompanha o desenvolvimento do projeto.

Assim como a CTC, o segmento produtivo vem descobrindo na tecnologia uma aliada. É inegável que o desenvolvimento tecnológico se tornou uma necessidade para o mundo dos negócios. Com fluxo cada vez mais constante de informações e o surgimento de novas demandas que influenciam a produ-

tividade, as empresas precisam desenvolver novas alternativas para manter a competitividade e a qualidade dos serviços oferecidos.

Para apoiar as empresas, Sesi e Senai lançaram em 2004 o Edital de Inovação, iniciativa de abrangência nacional que oferece suporte e recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos inovadores nas áreas de tecnologia de informação, saúde, segurança, qualidade de vida e educação. “Buscamos projetos inovadores que gerem novos negócios, promovam a melhoria na produtividade ou impactem positivamente na empresa e nos trabalhadores”, garante Fernando Brandão, coordenador de Projetos Estratégicos do Senai Pará. A CTC foi uma das empresas apoiadas, o que viabilizou a construção do *software* de treinamento.

O Edital de Inovação Senai/Sesi não beneficia somente as empresas. Dependendo do propósito, o resultado de um único trabalho pode ser aplicado em diferentes segmentos industriais ou ainda compartilhado com instituições de pesquisas, a fim de se alcançar outros objetivos.

Projetos de qualquer empresa podem concorrer ao edital. Para desenvolvê-los, a empresa precisará de um interlocutor, que poderá ser o Sesi ou do Senai. Projetos relacionados à inovação tecnológi-

ca devem ser submetidos por meio do Senai. Para projetos que envolva qualidade de vida, saúde ou segurança do trabalho, a empresa deve procurar o Sesi. Para colocar o projeto em prática, a empresa precisa passar por uma seleção composta de várias fases. A primeira delas é o processo de submissão, que poderá ser feito por meio do interlocutor ou diretamente no site www.editaldeinovacao.com.br

Durante a submissão, a empresa deve estar atenta a duas etapas, denominadas de ideias e plano de negócios. Em ideias, a empresa deverá elaborar um documento denominado de “Business Model Canvas”, reunindo informações como valores do produto para o mercado, público-alvo, rede de parceiros e outros. Todas essas informações também devem ser organizadas em um discurso visual de até dois minutos.

Caso a ideia seja qualificada com potencial inovador, o empresário deverá escrever um Plano de Negócios e submetê-lo à aprovação. Após a avaliação da proposta, o Departamento Nacional entrará em contato com a empresa para informar a aprovação. Ao ser contemplada, a empresa deverá iniciar o processo relativo à contratação do projeto, que inclui um termo de compromisso, confidencialidade e o contrato assinado. ❏

Empresários recebem mérito industrial

A MEDALHA “SIMÃO MIGUEL BITAR” É O RECONHECIMENTO DA FIEPA PELA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO

Em maio, mês no qual se comemora do Dia da Indústria (dia 25), a Fiepa entregou aos empresários Oswaldo Tuma e Roberto Kataoka a maior honraria concedida pelo setor produtivo paraense, a Medalha do Mérito Industrial Simão Miguel Bitar. A solenidade foi acompanhada por empresários, autoridades políticas e representantes de instituições religiosas e de ensino.

Criada na década de 1980, a comenda reconhece as personalidades que contribuem para o desenvolvimento do estado do Pará. O presidente do Sistema Fiepa, José Conrado Santos, destacou características marcantes dos empreendedores premiados que os tornam referências para o setor. “Nossos homenageados trazem em seu DNA uma característica presente nos códigos genéticos de qualquer grande empreendedor: a perseverança. Ambos têm trajetórias profissionais marcadas pela valorosa contribuição para levar o Pará a novos patamares de desenvolvimento industrial e econômico”, destacou o presidente. ➔



ROBERTO KATAOKA

Engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) com MBA em Gestão Empresarial, ocupa há 11 anos a presidência da Oyamota do Brasil, empresa referência em metal mecânica. É também vice-presidente da Ckom Engenharia, reconhecida pela excelência em prestações de serviços de construção civil com 35 anos no mercado.

Preparamos a empresa para atender aos mercados nacional e internacional, o que nos ajudou a firmar parcerias.”



Fotos: Ray Nomato



OSWALDO TUMA

Graduado em Administração e Direito, com pós-graduação na área de Negócios, o empresário está há 64 anos no comando da Higson & CO Ltda., empresa de representação comercial, importadora e exportadora. É ainda sócio-bene mérito da Associação Comercial do Pará e vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

Devemos pensar na sustentabilidade, na qualificação com uma educação inclusiva e na biodiversidade.”



COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

DERYCK MARTINS

ENGENHEIRO FLORESTAL E
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CTMA

Induzir condutas sustentáveis nos mercados consumidores é atuar diretamente para reduzir a pressão sobre os recursos naturais, reduzir desigualdades regionais e fomentar novos negócios em consonância com os atuais desafios da humanidade.

Segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o governo brasileiro consome 15% do Produto Interno Bruto (PIB) anual em produtos e serviços, algo em torno de R\$ 600 bilhões. Esse volume de consumo é considerável e possui forte capacidade de promover mudanças no padrão de consumo da sociedade.

Licitação sustentável, segundo o art. 3º da Lei Nº 8.666/1993, é aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010). De acordo com a previsão da lei, deve-se garantir que o procedimento licitatório seja realizado com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável do país.

A efetivação desse desafio passa pela seleção de produtos com especificações comprovadamente sustentáveis, como madeira proveniente de projetos de manejo florestal com procedência comprovada legal e sustentável, produtos agrícolas de baixo carbono, pecuária que respeite o bem-estar animal e garanta o cumprimento das exigências ambientais da propriedade, além de adicionalmente utilizem processos que garantam a economia de água em sua produção, uma maior eficiência energética, cuidados com a reciclagem, garantia e atenção ao ciclo de vida dos produtos, dentre outras diretrizes.



Licitação sustentável, segundo a Lei Nº 8.666/1993, é aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O aperfeiçoamento do processo de compras públicas deverá incorporar conceitos de sustentabilidade, produtividade, e não somente qualidade e preço como tradicionalmente tem feito. Esses conceitos representam benefícios e evitam problemas ligados a cadeia desses produtos, como a extração do recurso natural, diminuindo-se os impactos ambientais e contribuindo com mudanças de atitudes da população.

As possibilidades de uso são das mais variadas, passando por material de escritório, refeições de escolas, equipamentos de informática, pavimentação de rodovias, iluminação pública, construção de casas e pontes, veículos, demonstrando que possui alta capacidade de alcance.

O estado do Pará precisa ousar para ser de fato o indutor dessa política que trará consequências positivas em diversas cadeias de valor, apoiando a produção legal e sustentável e garantindo que os produtos e serviços possibilitem maior consciência e qualidade à sociedade. ➡

VIDA CORPORATIVA

CORPORAÇÕES ATUAM PARA ELIMINAR AS “PEQUENAS” PRÁTICAS DE CORRUPÇÃO REALIZADAS PELOS EMPREGADOS DENTRO DO AMBIENTE DE TRABALHO

Bruno Caracheti



Na Celpa, a administração faz um trabalho intenso de divulgação do Código de Ética e Conduta lançado há menos de um ano

Bater ponto no lugar do colega, forjar atestado médico, estacionar na vaga de deficientes, aceitar propina em troca de favores e facilidades. A lista de corrupções cometidas dentro das empresas é tão grande quanto os escândalos envolvendo os representantes políticos do país. Enraizadas na cultura do país do “jeitinho”, as práticas que subvertem valores como ética e integridade estão na pauta das corporações há muito tempo.

A Agropalma, agroindústria com unidade no Pará, tem desde 1988 o próprio manual de valorização de atitudes como honestidade, respeito e compromisso. Os principais pontos são divulgados em reuniões diárias, os chamados Diálogos Diários do Sistema Integrado de Gestão, e, para o colaborador recém-chegado, o manual é entregue no momento da admissão.

“As normas são direcionadas para os empregados, tendo um alcance indireto aos terceirizados, pois há abordagem sobre a relação de empregados com terceiros (fornecedores, comunidade etc.)”, explica Marcos Valença, gerente de Recursos Humanos.

Segundo Valença, a companhia passa por auditorias internas e externas, dispõe de um canal de denúncias e já trabalha numa atualização do manual, para deixar a linguagem mais simples e acessível. Em caso de infração, as punições podem ir desde advertência até a dispensa por justa causa e, se houver comprovação de crime, abertura de processo criminal.

Na Celpa, o documento é novidade – foi implantado em setembro do ano passado, a partir da chegada da nova administração – e aborda temas como corrupção, favorecimento, preconceito, discriminação,

assédio e conflito de interesses. Novos colaboradores recebem o material e as orientações durante o processo de integração. “Além disso, a empresa realiza mensalmente reuniões de gestão participativa, em que o tema é abordado no sentido de reforçar o conhecimento e alinhamento dos padrões de comportamento esperados pela empresa”, comenta João Gouvea, gerente de Auditoria Interna da concessionária. A aplicação das normas é tratada como uma ação preventiva e o engajamento e apoio das lideranças e trabalhadores são os principais pontos que a empresa procura fortalecer para dar efetividade aos mecanismos de combate à corrupção.

REFORÇO COM AS EQUIPES

Na Alcoa, o assunto ganhou reforço no último ano, quando a mineradora inseriu a ética como um indicador na pesquisa anual que realiza entre os empregados. O levantamento apontou 84% de respostas positivas ao item, que relacionava o tema às perguntas “Meu supervisor imediato apoia e pratica altos padrões de conduta ética?”, “Eu não me sinto pressionado a agir de forma antiética para realizar meu trabalho?”, “Eu posso relatar práticas antiéticas sem ter medo de represálias ou consequências negativas?” e “A liderança de minha localidade (diretor da fábrica ou liderança da minha função) demonstra compromisso com ética ao conduzir e tomar decisões na Alcoa?”. Apesar do índice promissor, a companhia quer elevá-lo e passou a promover uma série de treinamentos para fortalecer o princípio. Nos encontros, os gestores são orientados a repassarem para as equipes as normas e procedimentos anticorrupção.

A companhia estuda ainda mecanismos para eliminar retaliações e investe em ferramentas online para auxiliar empregados a solucionar problemas e tirar dúvidas. Tudo é feito de forma a incentivar o engajamento no processo. “A falta de integridade é um fator que tem tolerância zero para nós. Entendemos que a confiança, quando é quebrada, é difícil de ser conquistada”, resume Rogério Ribas, gerente de Recursos Humanos da Alcoa Juruti. ↩

PENALIDADES

Atentar para os limites da lei é importante para a construção e aplicação de códigos e manuais de conduta e, em geral, as sanções previstas nos documentos das empresas já estão previstas na legislação. Na CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas] não existe um tópico que trate somente dessas infrações; elas estão espalhadas em caso de falta grave, o que leva à justa causa, à advertência ou suspensão. Se a empresa obedece à legislação na condução das normas e procedimentos, o empregado pode ser penalizado. “Muitas vezes a punição já é estipulada pela lei. Além disso, os códigos de ética normalmente preveem uma espécie de conselho para avaliar, elucidar e, então, aplicar ou não alguma medida. Dependendo da forma de criação e edição do código, é possível que o documento tente proteger ou resguardar a empresa de atos abusivos contra o empregado. Por isso, o ideal é que os conselhos criados para julgar devem conter membros que representem os dois lados”, recomenda o advogado Adriano Alves.

☞ **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sinditec**

Presidente: Flávio Junqueira Smith
(91) 3230-3721
flavio@castanhal.com.br
www.sindindustria.com.br/sinditecpa

☞ **Sindicato das Indústrias Madeiras do Vale do Acará – Simava**

Presidente: Oseas Nunes de Castro
(91) 3727-1512 / 3727-1016
madeireirama@southmail.com
www.sindindustria.com.br/simavapa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará**

Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos
(93) 9121-6220
djasvascon@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sigepa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa**

Presidente: Carlos Jorge da Silva
(91) 4009-4985 / 3241-5744
sigepa@globocom / sigepa@fiepa.org.br

☞ **Sindicato da Indústria de Confeccões de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusroupa**

Presidente: Rita Arêas
(91) 4009-4872
sindusroupa@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindusroupa

☞ **Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindmóveis**

Presidente: Neudo Tavares
(91) 3212-3318
sindmouveis@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindmouveispa

☞ **Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa**

Presidente: Antônio Pereira da Silva
(91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001
apereira@agropalma.com.br
www.sindindustria.com.br/sinolpa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa**

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira
(91) 3223-7146 / 3242-7107
simepa@simepa.com.br
mrmarcos@marcosmarcelino.com.br
www.sindindustria.com.br/simepa

☞ **Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará**

Presidente: Ivan Palmeira Anijar
(91) 3210-8800 / 3210-8843
ivanijar@marmobraz.com.br

☞ **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca**

Presidente: Armando José Romaguera Burle
(91) 3241-4588 / 3241-2101
sinpesca@interconnect.com.br
sinpesca@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinpescapa

☞ **Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará**

Presidente: Jaime da Silva Bessa
(91) 3224-6621
jaimbessa@hotmail.com

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá – Simaja**

Presidente: Jonas de Castro
(94) 3345-1224 / 3345-1186

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon**

Presidente: Marcelo Gil Castelo Branco
(91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763
secretaria@sindusconpa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindusconpa
www.sindusconpa.org.br

☞ **Sindicato da Ind. de Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá – Sindimar**

Presidente: João Batista Corrêa Filho
Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova
68501-570, Marabá (PA)
www.sindindustria.com.br/sindimarpa

☞ **Sindicato da Indústria de Panificação do Estado do Pará – Sippa**

Presidente: Elias Pedrosa
(91) 3222-5140 / 3241-1052
sippa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sippa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simenepa**

Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka
(91) 3721-3835 / 3711-0868
simenepa@hotmail.com / delegaciastanhal@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/simenepa

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa**

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos
(91) 3224-4142 / 4009-4981
fabio.sinconapa@fiepa.org.br / sinconapa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinconapa

☞ **Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará**

Presidente: Juarez De Paula Simões
(91) 3201-1500 / 3201-1508
juarez.simoese@gruposimoese.com.br
www.sindindustria.com.br/sindbebidaspa

☞ **Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas – Sindiserpa**

Presidente: Mario Cesar Lombardi
(91) 3011-0053
sindiserpa@nortnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiserpa

☞ **Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm**

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa
(91) 3225-1788 / 4009-4883
sindipalm@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindipalm

☞ **Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará**

Presidente: Paulo Roberto Mendes
(91) 3222-0339
moinhoesperanca@hotmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – Sindolpa**

Presidente: Lisio dos Santos Capela
(91) 3241-0349
lscapela@gmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur**

Presidente: Angelo Colombo
simatur@mcoline.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará**

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
(91) 3204-1400/1401 / 3204-1430
smdist@amazon.com.br
vendas@grupostamaria.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinquifarma**

Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo
(91) 3241-8176 / 4009-4876
nilson@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinquifarmapa

☞ **Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias, Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará**

Presidente: Helio De Moura Melo Filho
(91) 3711-0868
siapa@linknet.com.br / helio@hilea.com.br
www.sindindustria.com.br/siapa

☞ **Sindicato da Agroindústria Tabagreira do Estado do Pará – Saitepa**

Presidente: José Joaquim Diogo
(91) 4009-4871
www.sindindustria.com.br/saitepapa

☞ **Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua**

Presidente: Cezar Remor
(91) 3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342
sindimade@sindimade.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimadpa

☞ **Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne**

Presidente: Dalberto Ulliana
(91) 3225-1128 / 4009-4886
sindicarnepa@sindicarne-pa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindicarnepa

☞ **Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Símade**

Presidente: Rogério Bonato
(91) 3335-1142

☞ **Sindicato da Indústria Cerâmica de São Miguel do Guamá e Região – Sincider**

Presidente: Antônio Aécio Miranda
(91) 3446-2564 / 3446-1184
sicomsmg@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sicompa

☞ **Sindicato da Ind. Madeireira e Moveleira de Tailândia – Sindimata**

Presidente: João Batista Medeiros
(91) 3752-1233 / 3752-1309
sindimata@lidnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimatapa

☞ **Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de Castanhal**

Presidente: Roberto Kataoka Oyama
(91) 3721-3835 / (91) 3711-0804
delegaciastanhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sicmcpa

☞ **Sindicato da Ind. de Serraria, Tanoaria de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar**

Presidente: Deajar Francisco De Oliveira
(91) 3783-1228
org.contaibei@bol.com.br
www.sindindustria.com.br/simmarpa

☞ **Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – Sindirepa**

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes
(91) 3254-5826 / 3244-8844
tecnover2@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindirepa

☞ **Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas**

Presidente: Solange Motta
(91) 3212-2619
sindifrutas@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindifrutasp

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingu – Simbax**

Presidente: Renato Mengoni Junior
(93) 3515-3077
simbaxaltamira@yahoo.com.br

☞ **Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará – Sindiferpa**

(91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884
anaclaudia@sindiferpa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiferpa

☞ **Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará – Simineral**

Presidente: José Fernando Gomes Junior
(91) 3230-4066
presidencia@simineral.org.br
www.sindindustria.com.br/simineraispa

☞ **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará**

Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira
(94) 3322-1953
sindleitepa@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sindleitepa

PRONATEC SENAI 2014

CURSOS GRATUITOS

Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Escolha SENAI e a indústria escolhe você.
Procure um SENAI mais próximo.



Informações: (91) 4009-4768

EXPORTAR É POSSÍVEL

Empresário das micro, pequenas e médias empresas participe do Projeto Disseminação da Cultura Exportadora.



Mais informações:

(91) 4009-4992
cin@fiepa.org.br

As micro, pequenas e médias empresas representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, sendo responsáveis por 77% dos empregos, constituem 99% do total de estabelecimentos formais existentes no país, respondem por 40% da massa salarial e contribuem com 28% do faturamento.

Apesar dos números significativos para o mercado interno, no cenário internacional as micro, pequenas e médias empresas ainda têm muito a crescer. Nos últimos anos, a exportação deste setor registrou média de apenas 4.2%.

Para ajudar a internacionalização da produção das micro, pequenas e médias empresas, o Centro Internacional de Negócios (CIN-Pará) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PA) atuam em parceria na promoção do Projeto Disseminação da Cultura Exportadora.